

LEI N° 2.804

de 22 de JUNHO de 1990.

L E I N° 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

Dispõe sobre Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários, e institui Plano de Carreira, dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Estado de Sergipe, e dá outras providências.



# LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

Dispõe sobre Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários, e institui Plano de Carreira, dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta Autarquias e Fundações Públicas do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I

Do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários do Pessoal Civil

## CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - O Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários do Pessoal Civil do Poder Executivo- Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas seguirá as disposições estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único - O Plano a que se refere este artigo, compreendendo o Sistema de Cargos e Funções e o Sistema de Vencimentos ou Salários, constituirá o Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários do Pessoal.

Art. 2º - O Sistema de Cargos e Funções compreenderá cargos de provimento efetivo, cargos de provimento em comissão, empregos e funções de confiança.

Art. 3º - Os cargos a que se refere o artigo 2º desta Lei, terão remuneração estabelecida em Sistema de Vencimentos ou Salários.

## CAPÍTULO II

Dos Quadros

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "Arnaldo" or a similar name.



# LEI N.º 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

2

Art. 4º - O Sistema de Cargos e Funções será constituído de Quadros de Cargos de Provimento Efetivo, Quadros Suplementares de Empregos, Quadros de Cargos de Provimento em Comissão e Quadros de Funções de Confiança.

§ 1º - Os cargos de provimento efetivo serão organizados em Quadros Permanentes e Quadros Suplementares, estruturados em Grupos Ocupacionais, Níveis, Categorias, Cargos e Classes, conforme disposto nos Anexos I e II, combinados com o sistema de codificação constante do Anexo VI, desta Lei.

§ 2º - Os empregos serão organizados em Quadros Suplementares, estruturados em Grupos Ocupacionais, Níveis, Categorias, Empregos e Classes.

§ 3º - Os cargos de provimento em comissão e as funções de confiança serão organizados em Quadros de Cargos em Comissão e Quadros de Funções de Confiança, estruturados em Grupos e Categorias, conforme Sistema de Codificação constante do Anexo VI desta Lei.

Art. 5º - Haverá, na Administração Direta e em cada uma das Autarquias e Fundações Públicas, um Quadro General de Pessoal, compreendendo:

I - Quadro Permanente de Pessoal Efetivo e se for o caso, Quadro Suplementar de Pessoal Efetivo, constituídos de cargos de provimento efetivo;

II - Quadro Suplementar de Empregos, constituído de empregos providos mediante contrato de trabalho;

III - Quadro de Cargos em Comissão, constituído de cargos de provimento em comissão;

IV - Quadro de Funções de Confiança, constituído das funções de designação em confiança.

Parágrafo único - Os quadros de cargos, empregos e funções de que tratam os incisos do "caput" deste artigo serão organizados e estruturados de acordo com o Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários estabelecido nesta Lei.



## LEI N.º 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

3

Art. 6º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Quadro Permanente de Pessoal Efetivo - o conjunto de cargos efetivos e dos servidores estatutários que ocupam os mesmos cargos, se preenchidos os requisitos necessários para o seu provimento, conforme estabelecido no Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários de que trata esta Lei;

II - Quadro Suplementar de Pessoal Efetivo - o conjunto de cargos efetivos e de servidores que ocupem os mesmos cargos, por não preencherem os requisitos necessários para ingresso no Quadro Permanente de Pessoal Efetivo;

III - Quadro Suplementar de Empregos - o conjunto de empregos e de servidores que exerçam os mesmos empregos, não incluídos no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Estaduais, por optarem ser regidos pela legislação trabalhista;

IV - Quadro de Cargos em Comissão - o conjunto de cargos em comissão e seus respectivos ocupantes, nomeados de acordo com a legislação em vigor;

V - Quadro de Funções de Confiança - o conjunto de funções de confiança e os respectivos servidores que as exercem, designados na forma da legislação em vigor;

VI - Grupo Ocupacional - o conjunto de cargos diferenciados, organizados em níveis, categorias, e classes, e agrupados de acordo com as atividades que são comuns aos diversos órgãos e entidades;

VII - Nível - o desdobramento que identifica a posição do cargo na estrutura dos Grupos Ocupacionais, segundo o grau de qualificação e escolaridade formal exigida para o seu ocupante, compreendendo:

VII.a) Nível Básico - constituído dos cargos que exigem dos seus ocupantes conhecimentos sobre tarefas simples, executadas após curto tempo de aprendizagem, e escolaridade até a 8ª Série do 1º Grau;

VII.b) Nível Médio - constituído dos cargos que exigem dos seus ocupantes escolaridade ou formação técnico profissional equivalente ao 2º Grau completo;

A handwritten signature in black ink, appearing to read "André Luiz Gazzola".



**L E I N.º 2.804**  
**DE 22 DE JUNHO DE 1990**

4

VII.c) Nível Superior - constituído dos cargos que exigem dos seus ocupantes conhecimentos profissionais ou especializados, com formação de nível superior;

VIII - Categoria - o conjunto de cargos com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade, organizados em classes, com as mesmas exigências de conhecimentos, titulação e escolaridade, e com os mesmos Padrões de Vencimento e Referências;

IX - Classe - a posição do cargo dentro da Categoria, decorrente do seu desdobramento, escalonada de acordo com o grau de experiência e de titulação ou escolaridade exigida;

X - Padrão de Vencimento - o conjunto de Referências atribuído a cada Classe;

XI - Referência - a retribuição pecuniária mensal que corresponde a cada um dos estágios em que estão divididos os valores representativos de cada Padrão de Vencimentos;

XII - Servidor Público - a pessoa legalmente investida em Cargo Público;

XIII - Cargo Público - como unidade básica da estrutura organizacional, é o conjunto, com denominação específica, de atribuições e responsabilidades cometidas a um Servidor Público, compreendendo:

XIII.a) Cargo de Provimento Efetivo - ocupado por servidor público, admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos;

XIII.b) Cargo de Provimento em Comissão - ocupado por servidor de livre nomeação e exoneração.

XIV - Função de Confiança - conjunto de atribuições e responsabilidades, a nível de chefia, encargos, secretariado e outros, cometidas transitoriamente a um servidor preferencialmente do Órgão ou entidade ou de órgão ou entidade da mesma área de atividade.

Art. 7º - Os Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal Efetivo serão integrados por cargos cuja titulação está estabelecida na Situação Nova constante do Anexo III, e codificação definida no Anexo VII, desta Lei.

Parágrafo único - Os cargos em extinção, indicados no Anexo X desta Lei, ficarão automaticamente extintos à medida em que ficarem vagos com o afastamento definitivo de seus ocupantes, sendo vedadas novas admissões nos mesmos cargos.

*awal*



# LEI N.º 9.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

5

Art. 8º - Os cargos e funções que compõem o Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários são descritos observando-se os requisitos, os sumários de atribuições e as tarefas cometidas a cada um, conforme consta dos Anexos XI, XII e XIII desta Lei.

## CAPÍTULO III Da Codificação

Art. 9º - A codificação dos cargos de provimento efetivo, disposta de acordo com o Anexo VI desta Lei, obedecerá ao sistema alfanumérico, da seguinte forma:

I - Um algarismo para identificar o Grupo Ocupacional;

II - Uma letra maiúscula indicando o Nível, seguida de um algarismo, representando a Categoria;

III - Dois algarismos, identificando o Cargo na ordem sequencial dentro de uma mesma Categoria.

Art. 10 - A codificação dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança, disposta de acordo com o Anexo VI desta Lei, obedecerá ao sistema alfanumérico, da seguinte forma:

I - Uma letra maiúscula identificando o Grupo;

II - Duas letras maiúsculas indicando a Categoria;

III - Dois algarismos, identificando o Cargo ou a Função na ordem, sequencial dentro de uma mesma Categoria.

Art. 11 - Os cargos de provimento efetivo, os cargos de provimento em comissão e as funções de confiança, com os correspondentes códigos e as respectivas denominações, que integram o Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários, são os constantes dos Anexos VII, VIII e IX desta Lei.

## CAPÍTULO IV Da Administração do Sistema de Pessoal Civil

Art. 12 - O Poder Executivo manterá o Sistema de Pessoal Civil, cabendo ao órgão central do mesmo sistema



# LEI N.º 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

6

coordenar, supervisionar e orientar a implantação e administração do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários de que trata esta Lei.

Parágrafo único - A Secretaria de Estado da Administração - SEAD, como órgão central, expedirá as normas e instruções necessárias à manutenção e uniformidade do sistema, utilizando, inclusive, o Cadastro Central de Recursos Humanos-CCRH.

Art. 13 - Competirá ao órgão central de pessoal da Administração Direta e aos órgãos de pessoal das Autarquias e das Fundações Públicas, no âmbito de competência de cada um dos mesmos órgãos, a administração do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários de que trata esta Lei, exercendo, cumulativamente, a coordenação e orientação das unidades seccionais quanto à implantação do mesmo plano.

Parágrafo único - Os órgãos de pessoal poderão propor, ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil, alteração das atribuições dos cargos e das especificações de suas classes, inclusão de planos de desenvolvimento e qualificação profissional, e outras medidas que permitam o aperfeiçoamento do Sistema, cujas medidas, se convenientes e aceitas, serão submetidas à devida aprovação legal.

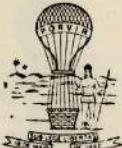
Art. 14 - Objetivando a racionalização e continuidade de suas atividades, cada órgão ou entidade integrante do Sistema de Pessoal Civil de que trata este Capítulo, elaborará e encaminhará ao órgão central do sistema, cronograma anual de provimento de cargos, de acordo com as suas necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras.

## TÍTULO II Do Plano de Carreira dos Servidores Civis

### CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Art. 15 - Fica instituído o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Estado de Sergipe.

S 1º - O Plano de Carreira é destinado a organizar os cargos públicos de provimento em carreira, fundamentada nos princípios de qualificação profissional, com a finalidade de assegurar continuidade da ação administrativa e eficiência do serviço público.



# LEI N.º 9.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

7

§ 2º - Os cargos de provimento efetivo da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas serão organizados em carreira, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 16 - Para os efeitos desta Lei, entende-se por Carreira o conjunto de Classes em que se desdobra um Cargo, e os respectivos Padrões e Referências, cujas classes são agrupadas hierarquicamente em relação a requisitos de experiência e/ou titulação ou escolaridade.

Parágrafo único - O desenvolvimento funcional na Carreira corresponde à progressão do servidor de uma Classe para outra e seus respectivos Padrões e Referências, ou de uma Referência para outra, hierarquicamente superiores.

## CAPÍTULO II Do Ingresso na Carreira

Art. 17 - A investidura em cargo público dar-se-á na Classe inicial da Carreira do mesmo Cargo e na primeira Referência do respectivo Padrão de Vencimento, atendidos os requisitos de escolaridade e mediante habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º - Constituem requisitos de escolaridade para a investidura em cargo público:

a) de Nível Básico, certificados ou comprovantes de escolaridade, até a 8ª Série do 1º Grau;

b) de Nível Médio, certificado de curso de 2º Grau ou de habilitação legal de igual nível quando se tratar de atividade profissional regulamentada;

c) de Nível Superior, diploma de curso superior, expedido por Instituição de Ensino Superior reconhecida nos termos da Lei.

§ 2º - O certificado de nível médio, quando se tratar de atividade profissional regulamentada, e o diploma de curso superior deverão estar devidamente registrados nos respectivos órgãos competentes.

§ 3º - Para ingresso no cargo de Auditor Tributário será exigido como requisito a formação de nível superior pleno em Ciências Contábeis, Economia, Administração Pública ou de Empresas, ou Direito.

§ 4º - (VETADO)



# LEI Nº 9.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

8

Art. 18 - A classificação dos candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, para investidura no Cargo, será feita tomando-se sempre por base a nota, ou o número de pontos, do maior para o menor, obtido pelo candidato.

Parágrafo único - Para efeito de desempate a ser procedido no concurso público, serão observados, quanto ao candidato aprovado, os seguintes critérios:

I - o de maior tempo de serviço público estadual;

II - o de maior tempo de serviço público em geral;

III - o aprovado, da classificação mais elevada, em concurso público anterior realizado pela Administração Estadual;

IV - o de maior prole;

V - o mais idoso.

## CAPÍTULO III

### Do Desenvolvimento e da Qualificação Profissional

#### Seção I Do Desenvolvimento

Art. 19 - O desenvolvimento do servidor na Carreira ocorrerá mediante avanço horizontal e avanço vertical, observadas as seguintes formas:

I - Avanço Horizontal:

- a) por tempo de serviço;
- b) por título;

II - Avanço Vertical:

- a) por qualificação profissional;
- b) por experiência profissional.

§ 1º - O desenvolvimento na forma do inciso I, alínea "a", do "caput" deste artigo, dar-se-á automaticamente, após o interstício de dois anos de efetivo exercício na referência em que o servidor se encontrar, mediante avanço para referência imediatamente seguinte, mantidos a mesma Classe e o mesmo Padrão de Vencimento.

**L E I N.º 2.907**  
DE 23 DE NOVEMBRO DE 1990

Altera dispositivo da Lei nº 2.804, de 22 de junho de 1990, que dispõe sobre Plano de Cargos e Funções e Vencimentos ou Salários e institui Plano de Carreira dos servidores públicos civis da administração direta, autarquias e fundações públicas do Estado e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Acrescente-se ao artigo 19 da Lei nº 2.804, de 22 de junho de 1990, novo parágrafo 2º com a seguinte redação:

"Art. 19 - ...

I - ...

a) ...

b) ...

II - ...

a) ...

b) ...

**§ 1º** - ...

**§ 2º** - O desenvolvimento na forma do inciso I, alínea "a", do "caput" deste artigo, para os ocupantes, se do sexo feminino, de cargo ou emprego de Professor, do Grupo Ocupacional 5 - Educação e Magistério, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo-Administração Diretora, dar-se-á conforme o § 1º deste artigo até 20 (vinte) anos e, a partir daí, após cada interstício de 1 (um) ano se os referidos 20 (vinte) anos anteriores tiverem sido de efetivo exercício das atividades próprias do seu cargo ou emprego e continuar exercendo as mesmas atividades.

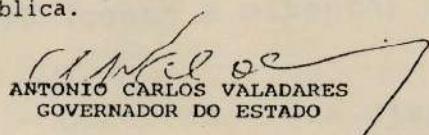
.....

**§ 9º** - ..."

**Art. 2º** - Os parágrafos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 19 da Lei nº 2.804, de 22 de junho de 1990, passam a ser, respectivamente, os parágrafos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, 23 de novembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

  
ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
GOVERNADOR DO ESTADO

José Sizino da Rocha  
Secretário de Estado de Governo

Antonio Fontes Freitas  
Secretário de Estado da Educação, Ciência e  
Tecnologia



## LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

9

§ 2º - O desenvolvimento na forma do inciso I, alínea "b", do "caput" deste artigo, ocorrerá pela participação do servidor em cursos ou eventos relacionados com o seu cargo, ou pelo exercício de cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento, dar-se-á mediante avanço da referência em que se encontrar para outra, dentro da mesma Classe e do mesmo Padrão de Vencimento, e será regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

§ 3º - O desenvolvimento na forma do inciso II, alínea "a", do "caput" deste artigo, ocorrerá pela conclusão comprovada de curso de qualificação profissional relacionado com o Grupo Ocupacional a que estiver integrado o cargo do servidor, dar-se-á mediante avanço da Classe em que se encontrar para outra Classe, e respectivo Padrão de Vencimento, do mesmo Cargo, e será regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

§ 4º - O desenvolvimento na forma do inciso II, alínea "b", do "caput" deste artigo, ocorrerá pela comprovação ou alcance de experiência profissional nas atividades do Cargo, dar-se-á mediante avanço da Classe em que se encontrar o servidor para outra Classe, e respectivo Padrão de Vencimento, do mesmo Cargo, e será regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

§ 5º - Para efeito dos avanços previstos no inciso I, alínea "b", e no inciso II, alínea "a", do "caput", e nos §§ 2º e 3º deste artigo, somente serão válidos os títulos conferidos por entidades oficiais, ou devidamente autorizadas ou reconhecidas pelo poder público.

§ 6º - Os títulos conferidos na anteriormente vigência desta Lei serão válidos para efeito dos avanços horizontal e vertical dentro do cargo, a que se refere o § 5º deste artigo, desde que compatíveis com o exercício do cargo ocupado pelo servidor.

§ 7º - Os títulos considerados válidos e que forem utilizados para qualquer dos avanços de que trata este artigo não terão validade para novo avanço.

§ 8º - A regulamentação pelo Poder Executivo, de que tratam os § 2º, 3º e 4º deste artigo, deverá ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei.

Art. 20 - Observado o que dispõe o art. 19 desta Lei, o servidor terá direito a que seja computado para efeito de avanço horizontal por tempo de serviço:

A handwritten signature in black ink, appearing to read "WAL".



LEI Nº 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

10

I - o tempo de serviço prestado em cargo comissionado ou em comissão e em função de confiança nos órgãos e entidades da Administração Estadual Direta e Indireta;

II - o tempo de exercício em atividade própria da Administração Estadual, para cujo desempenho seja necessária experiência ou qualificação profissional inerente ao Cargo ocupado pelo servidor.

Art. 21 - Para efeito do avanço horizontal por tempo de serviço, não será considerado:

I - o tempo de licença não remunerada;

II - o tempo em que o servidor esteja sujeito a prisão em decorrência de condenação criminal transitada em julgado.

Art. 22 - O desenvolvimento funcional do servidor poderá ocorrer, ainda, mediante a sua mudança do Cargo que ocupa para outro Cargo de uma Categoria hierarquicamente superior, dentro do mesmo Nível ou de outro que exija escolaridade mais elevada, do mesmo Grupo Ocupacional ou de outro.

Parágrafo único - O desenvolvimento funcional por mudança de Cargo, a que se refere o "caput" deste artigo, somente ocorrerá mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 23 - Será constituída, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, uma comissão permanente de servidores de nível superior, com a finalidade de apreciar e opinar a respeito das solicitações ou pedidos dos títulos e dos demais assuntos relativos a ingresso e desenvolvimento do servidor na carreira.

§ 1º - A comissão de que trata o "caput" deste artigo será constituída de servidores de órgãos da Administração Direta, de Autarquias e de Fundações Públicas do Estado de Sergipe, participando da Comissão, na apreciação e manifestação a respeito de cada servidor, um representante do Sindicato da Categoria do mesmo servidor.

§ 2º - Será constituída em cada órgão ou entidade uma comissão permanente composta de, no mínimo, três servidores de nível superior, da qual deverá fazer parte um representante sindical eleito pelos servidores do órgão ou entidade com a finalidade de apreciar e emitir relatório padrão de avaliação a respeito de pedidos de títulos e



# LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

11

dos demais assuntos relativos ao ingresso e desenvolvimento do servidor na carreira.

§ 3º - Os relatórios de avaliação serão submetidos à aprovação da Comissão a que se refere o "caput" deste artigo.

## Seção II Da Qualificação Profissional

Art. 24 - A qualificação profissional, como base na valorização do servidor, compreenderá programa de formação inicial, constituído de segmentos teóricos e práticos, e programas regulares de aperfeiçoamento e especialização, inclusive de natureza gerencial, para fins de avanço.

Art. 25 - A qualificação profissional, de que trata o art. 24 desta Lei, será planejada, organizada e executada de forma integrada ao sistema de carreira, e atenderá, quanto:

I - à formação inicial - preparação dos candidatos aprovados em concurso público, e chamados ao serviço, para o exercício das atribuições dos cargos, transmitindo-lhes conhecimentos, métodos, técnicas e habilidades adequadas; e

II - à preparação regular - programas regulares de aperfeiçoamento e especialização, complementação e atualização da formação inicial, habilitando o servidor para o desempenho eficiente das atribuições inerentes à respectiva Classe e à Classe imediatamente superior, inclusive para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento.

Parágrafo único - Decreto do Poder Executivo estabelecerá:

I - as áreas básicas de conhecimento, as habilidades e técnicas necessárias, inclusive de gerência;

II - os critérios de avaliação dos programas de qualificação profissional para o avanço;

III - a duração dos cursos de aperfeiçoamento e especialização para o avanço.



# LEI N° 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

12

Art. 26 - Os cursos regulares de qualificação profissional podendo ser realizados pelas escolas instituídas com esta finalidade ou por unidades próprias dos órgãos do sistema de pessoal civil, ou, ainda, por instituições públicas ou por instituições privadas reconhecidas oficialmente.

Parágrafo único - Além dos cursos regulares poderão ser oferecidos outros que aprimorem o desempenho funcional do servidor.

## TÍTULO III Das Outras Disposições

### CAPÍTULO I Das Normas de Enquadramento

Art. 27 - O enquadramento dos Servidores no Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários e no Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas, estabelecidos nos termos desta Lei, observará as normas dispostas neste Capítulo.

Art. 28 - O enquadramento do servidor será realizado em duas formas:

I - Enquadramento Funcional - que compreenderá a lotação do servidor no Quadro e no Cargo, dentro do respectivo Nível e Categoria, e com a correspondente Classe;

II - Enquadramento Salarial - que compreenderá a colocação do servidor no Padrão de Vencimento da respectiva Classe e na Referência que lhe couber, que definirá o valor do seu vencimento.

Art. 29 - O enquadramento no Cargo, que dar-se-á na classe inicial, ressalvados os casos previstos nesta Lei, far-se-á por três modalidades:

- I - Enquadramento direto no cargo;
- II - Enquadramento por reclassificação;
- III - Enquadramento sob condições.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cunha".



## LEI N° 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

13

§ 1º - O enquadramento direto refere-se à passagem automática do quadro anterior para o novo Quadro Permanente decorrente do Plano de Cargos de que trata esta Lei, mantido o mesmo Cargo com a mesma denominação, desde que preenchidos e comprovados os requisitos para o seu provimento.

§ 2º - O enquadramento por reclassificação refere-se à passagem para o novo Quadro Permanente, mudando também para um novo Cargo em que o anterior tenha sido reclassificado, conforme estabelecido na Situação Anterior e na Situação Nova da Consolidação de Cargos constante do Anexo III desta Lei, desde que o servidor comprove os requisitos para provimento do novo Cargo.

§ 3º - O enquadramento sob condições refere-se à colocação do servidor em Quadro Suplementar quando não preenchidos ou comprovados os requisitos necessários para provimento em Cargo do Quadro Permanente.

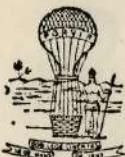
§ 4º - Os servidores enquadrados sob condições e que venha a preencher os requisitos necessários, serão reclassificados no Cargo e respectiva Classe, e enquadrados no Quadro Permanente.

Art. 30 - O enquadramento salarial do servidor, no Cargo e respectiva Classe em que for enquadrado funcionalmente, dar-se-á no Padrão de Vencimento da mesma Classe, e, de início, na Referência de número correspondente ao do então nível em que se encontrava no Plano de Cargos anterior, ou seja, antes da implantação do Plano de Cargos de que trata esta Lei.

Parágrafo único - Na hipótese em que o vencimento antes percebido no nível do Plano anterior, seja maior do que o valor da Referência correspondente, em número, do Padrão do novo Plano, ou recaia no intervalo de duas Referências, será atribuída ao servidor a Referência imediatamente superior que não seja menor que aquele vencimento percebido anteriormente.

Art. 31 - Para efeito de implantação do Plano de Carreira, o enquadramento salarial do servidor no Padrão de Vencimento referente à Classe do Cargo em que for enquadrado funcionalmente, dar-se-á na Referência correspondente ao tempo de serviço público prestado ao Estado de Sergipe, observado, no que couber, o disposto no § 1º do art. 19 desta Lei.

*ANSELMO*



# LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

14

Art. 32 - Os servidores enquadrados nos Cargos que integram as Categorias dos Níveis Básico e Médio, com os respectivos Padrões de Vencimento I a XI, e que comprovem ter curso superior pleno, mediante apresentação do correspondente Diploma, farão jus a uma Referência a mais, quando do enquadramento salarial.

Parágrafo único - Os servidores a que se refere o "caput" deste artigo, que não tenham curso superior pleno quando do enquadramento, poderão requerer, se concluído o mesmo curso, avanço horizontal em mais uma Referência, cabendo apreciação e parecer da comissão de que trata o art. 23 desta Lei, e homologação pelo Secretário de Estado da Administração.

Art. 33 - Os cargos de provimento efetivo integrantes do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários, e do Plano de Carreira dos Servidores Civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Estado de Sergipe, passam a ser os relacionados na Situação Nova da Consolidação de Cargos constante do Anexo III desta Lei.

Art. 34 - Os cargos de provimento efetivo, a que se refere o art. 33, de acordo com o Sistema de Codificação estabelecido no Anexo VI, passam a ter os Códigos definidos no Anexo VII, desta Lei.

Art. 35 - São considerados permanentes e em extinção, os cargos de provimento efetivo relacionados nas colunas específicas constantes do Anexo X desta Lei.

Parágrafo único - Os cargos de provimento efetivo em extinção permanecem integrados ao Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários, e ao Plano de Carreira, de que trata esta Lei, agregados aos Grupos Ocupacionais, Níveis, Categorias e Classes, com os correspondentes Padrões de Vencimento e respectivas Referências.

Art. 36 - O enquadramento dos servidores ocupantes de Cargos da Categoria S-2, do Nível Superior, que exigem formação de nível superior pleno, será efetuado nas Classes B e C dos mesmos Cargos, Padrões XIV e XV, respectivamente, caso os referidos servidores preencham os seguintes requisitos:

I - Para enquadramento na Classe B, Padrão XIV comprovação de experiência mínima de dez anos na profissão objeto do Cargo e de ter concluído curso a nível de especialização ou residência médica, com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas, relacionado com o Cargo, ou comprovação de ter exercido, por

*WOL*



# LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

15

mais de dez anos Cargo em Comissão ou função gratificada ou de confiança.

II - Para enquadramento na Classe C, Padrão XV - comprovação de experiência mínima de quinze anos na profissão objeto do cargo e de ter concluído curso de mestrado ou doutorado relacionado com o cargo.

§ 1º - O servidor ocupante de cargo do Nível Superior, a que se refere o "caput" deste artigo, que no momento do enquadramento não preencher os requisitos previstos nos incisos I e II do mesmo dispositivo, poderá ascender à Classe B ou à Classe C, caso venha a adquirir ou satisfazer as condições exigidas.

§ 2º - O avanço vertical de que trata este artigo far-se-á mediante solicitação comprovada do servidor à comissão a que se refere o art. 23 desta Lei, e homologação do Secretário de Estado da Administração.

Art. 37 - Os servidores ocupantes dos anteriores cargos de Agente Administrativo, Agente de Administração, Almoxarife, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Administração, Auxiliar de Assistência Técnica, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Serviços Especiais, Datilógrafo, Escriturário, Assistente Administrativo, Assistente de Administração, Arquivista, Oficial Administrativo, Oficial de Administração e Auxiliar Técnico, poderão ser enquadrados, de acordo com o respectivo grau de escolaridade, nos seguintes cargos:

I - Agente Administrativo, Categoria B-3 - os que não tiverem o primeiro grau (1º Grau) completo;

II - Assistente Administrativo, Categoria B-4 - os que tiverem o primeiro grau (1º Grau) completo ou o segundo grau (2º Grau) incompleto;

III - Oficial Administrativo, Categoria M-1 - os que tiverem, como escolaridade mínima, o segundo grau (2º Grau) completo.

§ 1º - O enquadramento dos servidores de que trata o "caput" deste artigo será feito, inicialmente, no Cargo de Agente Administrativo, Categoria B-3, observado, quanto à Referência, o disposto no art. 30 desta Lei.

§ 2º - Os servidores enquadrados inicialmente na forma do § 1º deste artigo serão reenquadrados nos cargos previstos nos incisos I e II do seu "caput", com início retroativo a vigência desta Lei, caso tenham a respectiva escolaridade exigida e requeiram junto à Secretaria de Estado da Administração, com homologação do Secretário de Estado da Administração.



LEI Nº 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

16

Art. 38 - O servidor ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos Estaduais II, que comprove diplomação em curso superior pleno, será enquadrado por reclassificação no Cargo de Auditor Tributário, Categoria S-2, Classe A, Padrão XIII, do Grupo Ocupacional Fisco.

Parágrafo único - O servidor ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos Estaduais II, que não comprove diplomação em curso superior pleno, será enquadrado, sob condições, no Cargo em extinção de Fiscal de Tributos Estaduais II, Categoria S-1, Classe B, Padrão XIII, do Grupo Ocupacional Fisco.

Art. 39 - O servidor ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos Estaduais I, será enquadrado diretamente no Cargo de Fiscal de Tributos Estaduais I, Categoria M-2, Classe A, Padrão X, do Grupo Ocupacional Fisco.

Art. 40 - O atual servidor ocupante do Cargo de Escrivão Policial, que seja portador de diploma de Bacharel em Direito e que tenha formação em curso de Escrivão de Polícia, será enquadrado por reclassificação no Cargo de Escrivão de Polícia, Categoria S-2, Classe A, Padrão XIII, do Grupo Ocupacional Segurança Pública.

Parágrafo único - O atual servidor ocupante do Cargo de Escrivão Policial que não preencha os requisitos previstos no "caput" deste artigo, será enquadrado sob condições no Cargo em extinção de Escrivão Policial, Categoria M-1, Classe A, Padrão IX, do Grupo Ocupacional Segurança Pública.

Art. 41 - O atual ocupante do Cargo de Detetive de Polícia, que comprove ter o segundo grau (2º Grau) completo e que tenha formação em curso de Investigador de Polícia, será enquadrado por reclassificação no Cargo de Investigador de Polícia, Categoria M-2, Classe A, Padrão X, do Grupo Ocupacional Segurança Pública.

Parágrafo único - O atual ocupante do Cargo de Detetive de Polícia, que não preencha os requisitos previstos no "caput" deste artigo, será enquadrado sob condições no Cargo em extinção de Detetive de Polícia, Categoria B-4, Classe A, Padrão VII, do Grupo Ocupacional Segurança Pública.

Art. 42 - O atual servidor ocupante do Cargo de Agente Policial ou de Agente de Segurança Civil, que comprove ter o segundo grau (2º Grau) completo e que tenha formação em curso de Agente de Polícia, será enquadrado por reclassificação no Cargo de Agente de Polícia, Categoria M-1, Classe A, Padrão IX, do Grupo Ocupacional Segurança Pública.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "André Vargas", is placed at the bottom right of the document.



## LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

17

Parágrafo único - O atual servidor ocupante do Cargo de Agente Policial ou de Agente de Segurança Civil, que não preencha os requisitos previstos no "caput" deste artigo, será enquadrado sob condições no Cargo em extinção de Agente Policial, Categoria B-3, Classe A, Padrão V, do Grupo Ocupacional Segurança Pública.

Art. 43 - O atual servidor ocupante do Cargo de:

I - Auxiliar Técnico ou de Assistente de Laboratório, que comprove ter o 2º (segundo) Grau profissional completo ou provisionamento de Técnico em Química, será enquadrado por reclassificação no Cargo de Técnico de Laboratório, Categoria M-2 Classe A, Padrão X, do Grupo Ocupacional Apoio Técnico-Operacional;

II - Auxiliar de Enfermagem, que comprovar ter concluído o 2º (segundo) Grau profissional correspondente, será enquadrado por reclassificação no Cargo de Técnico de Enfermagem, Categoria M-2, Classe A, Padrão X, do Grupo Ocupacional Saúde Pública.

Parágrafo único - O atual servidor ocupante do Cargo de Auxiliar Técnico ou de Assistente de Laboratório, ou ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem, que não preencha o correspondente requisito previsto no "caput" deste artigo, será enquadrado, sob condições, no cargo de Auxiliar de Laboratório, Categoria B-4, Classe A, Padrão VII, do Grupo Ocupacional Apoio Técnico-Operacional, ou no cargo de Auxiliar de Enfermagem, Categoria B-4, Classe A, Padrão VII, do Grupo Ocupacional Saúde Pública, respectivamente.

Art. 44 - Os atuais cargos de Técnico em Desenvolvimento e de Técnico em Pesquisa, de nível superior, ficam extintos, e os seus ocupantes serão enquadrados, por reclassificação, nos Cargos de Economista, Engenheiro Agrônomo, Geólogo, Químico Industrial, Assistente Social, Contador, Técnico em Assuntos Historiográficos ou outros, da Categoria S-2, Classe A, Padrão XIII, do Grupo Ocupacional correspondente à respectiva atividade, de acordo com a formação profissional de nível superior de cada servidor.

Art. 45 - O servidor ocupante do atual Cargo de Procurador do Estado - 2ª Categoria, será enquadrado diretamente no Cargo de Procurador do Estado, Categoria S-2, Classe B, Padrão XIV; do atual Cargo de Procurador do Estado - 1ª Categoria, no Cargo de Procurador do Estado, Categoria S-2, Classe C, Padrão XV; e do atual Cargo de Defensor Público, no Cargo de Defensor Público, Categoria S-2, Classe B, Padrão XIV, do Grupo Ocupacional Advocacia do Estado.

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "André Luiz Góes".



LEI Nº 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

18

Art. 46 - Os ocupantes dos atuais Cargos de Professor e de Especialista de Educação, do Quadro Permanente, da carreira do Magistério, serão enquadrados diretamente, nos respectivos Cargos do Grupo Ocupacional Educação e Magistério, observado o seguinte:

I - o atual Professor I, no Cargo de Professor I, Categoria M-2, Classe A, Padrão X;

II - o atual Professor II, no Cargo de Professor II, Categoria M-2, Classe B, Padrão XI;

III - o atual Professor III ou Especialista de Educação III, no Cargo de Professor III ou Especialista de Educação III, Categoria S-1, Classe A, Padrão XII;

IV - o atual Professor IV, no Cargo de Professor IV, Categoria S-1, Classe B, Padrão XIII;

V - o atual Professor V ou Especialista de Educação V, no Cargo de Professor V ou Especialista de Educação V, Categoria S-2, Classe A, Padrão XIV;

VI - o atual Professor VI ou Especialista de Educação VI, no Cargo de Professor VI ou Especialista de Educação VI, Categoria S-2, Classe B, Padrão XV.

§ 1º - Os ocupantes dos atuais Cargos de Professor, a que se referem os incisos I a V do "caput" deste artigo poderão ser enquadrados, respectivamente, em Cargos, Classes e Padrões superiores dos previstos nos mesmos incisos, de acordo com a sua formação ou qualificação escolar ou acadêmica, observada a existência das respectivas vagas, na forma seguinte.

§ 2º - As vagas de cargos de Professor a que se refere o § 1º deste artigo, serão preenchidas mediante seleção interna entre os ocupantes de cargo de Professor do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, com mais de 02 (dois) anos de efetivo exercício no cargo, e que tenham a necessária habilitação para ocupar as respectivas vagas, aplicando-se, no caso de empate, o disposto no parágrafo único do art. 18 desta Lei.

§ 3º - As vagas que não forem preenchidas na forma do § 2º deste artigo serão submetidas a provimento mediante concurso público.



LEI Nº 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

19

I - no Cargo de Professor II, Categoria M-2, Classe B, Padrão XI, se além do Curso Pedagógico de três séries, apresentar certificado de conclusão de estudos adicionais correspondentes, a um ano letivo ou de curso pedagógico de quatro séries;

II - no Cargo de Professor III, Categoria S-1, Classe A, Padrão XII, se apresentar diploma de licenciatura para o 1º Grau em curso de curta duração;

III - no Cargo de Professor V, Categoria S-2, Classe A, Padrão XIII, se comprovar habilitação em curso de licenciatura plena;

IV - no Cargo de Professor VI, Categoria S-2, Classe B, Padrão XIV, se possuir experiência mínima de dez anos de Magistério e comprovar conclusão em curso de pós-graduação em Mestrado ou Doutorado.

Art. 47 - Os ocupantes dos atuais cargos de Professor, do Quadro Suplementar, da carreira do Magistério, serão enquadrados sob condições, nos respectivos Cargos do Grupo Ocupacional Educação e Magistério, observado o seguinte:

I - o atual Professor I-S, no Cargo em extinção de Professor I-S, Categoria M-1, Classe A Padrão IX;

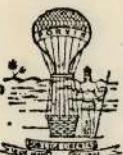
II - o atual Professor II-S, no Cargo em extinção de Professor II-S, Categoria M-1, Classe B, Padrão X;

III - o atual Professor III-S, no Cargo em extinção de Professor III-S, Categoria M-2, Classe B, Padrão XI;

IV - o atual Professor IV-S, no Cargo em extinção de Professor IV-S, Categoria S-1, Classe A Padrão XII;

V - o atual Professor VI-S, no Cargo em extinção de Professor VI-S, Categoria S-2, Classe A, Padrão XIII.

Parágrafo único - Os ocupantes dos atuais Cargos de Professor, a que se referem os incisos I a V do "caput" deste artigo, poderão ser enquadrados, respectivamente, nos Cargos, Classes e Padrões do Quadro Permanente, do Grupo Ocupacional Educação e Magistério, previstos nos incisos I a VI do "caput" do art. 4º, de acordo com a sua formação ou qualificação.



LEI Nº 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

20

ficação escolar ou acadêmica, se comprovarem habilitação específica para o Magistério, observada a forma estabelecida no parágrafo único e seus incisos I a IV, do mesmo art. 46, desta Lei.

Art. 48 - Os ocupantes dos atuais Cargos dos servidores coadjuvantes do Quadro Permanente, da carreira do Magistério, serão enquadados por reclassificação, observado o seguinte:

I - o atual Técnico de Biblioteca I, no Cargo de Técnico de Biblioteca de Magistério I, Categoria M-2, Classe A, Padrão X;

II - o atual Bibliotecário III, no cargo de Bibliotecário de Magistério III, Categoria S-1, Classe A, Padrão XII;

III - o atual Secretário III, no cargo de Secretário de Magistério III, Categoria S-1, Classe A, Padrão XII;

IV - o atual Bibliotecário V, no Cargo de Bibliotecário de Magistério V, Categoria S-2, Classe A, Padrão XIII.

CAPÍTULO II  
Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 49 - O Sistema de Salários compreende os Padrões de Vencimento, e respectivas Referências, correspondentes às diversas Classes dos Cargos, dentro das Categorias, bem como os Vencimentos dos Cargos em Comissão e os Valores das Funções de Confiança, e sua aplicação.

§ 1º - A cada Classe corresponde um Padrão de Vencimento com suas Referências, conforme estabelecido no Diagrama da Estrutura dos Grupos Ocupacionais e das Carreiras, constante do Anexo I desta Lei.

§ 2º - A cada Cargo de provimento em Comissão e a cada Função de Confiança corresponde um determinado Símbolo, conforme estabelecido na Situação Nova das Consolidações constantes dos Anexos IV e V desta Lei.

Art. 50 - Os Padrões de Vencimento e respectivas Referências, dos Cargos de provimento efetivo, bem como os Vencimentos e Valores correspondentes aos Símbolos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, são os constantes do Anexo XIV desta Lei.



# LEI Nº 9.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

21

Art. 51 - Os Padrões de Vencimento e respectivas Referências, dos Cargos de provimento efetivo, de que trata o art. 50 desta Lei, são estabelecidos para uma carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas mensais ou 30 (trinta) horas semanais.

Art. 52 - Os servidores ocupantes de cargos dos quadros ou tabelas permanentes dos atuais Planos de Cargos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas, que estejam em desvio de função, poderão optar pelo ingresso, por transposição, nos correspondentes cargos de carreira do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários de que trata esta Lei, desde que preencham os seguintes requisitos:

I - Possuir estabilidade no serviço público estadual, na forma estabelecida pelo Art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;

II - Estar lotado e em efetivo exercício nos órgãos ou entidades beneficiárias do desvio da função, pelo período mínimo de 2 (dois) anos anterior à data da publicação desta Lei;

III - Haver compatibilidade das atribuições da função em desvio com aquelas dos Cargos de Carreira;

IV - Preencher os demais requisitos exigidos para ingresso na Carreira.

§ 1º - A transposição de servidores para Cargos de Carreira, na forma do "caput" deste artigo, far-se-á até o limite dos desvios de função existentes na data da publicação desta Lei, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

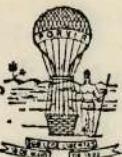
I - Que o servidor tenha ingressado no serviço público estadual através de concurso, exceto para os que atendam ao disposto no inciso I do "caput" deste artigo;

II - Que o servidor tenha realizado concurso para avanço vertical (acesso).

§ 2º - No caso de empate na classificação de servidores para transposição, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 18 desta Lei.

§ 3º - Os servidores exercerão o direito de opção de que trata o "caput" deste artigo no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

*curva*



# LEI Nº 9.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

22

Art. 53 - O ingresso nos Cargos de Carreira por transposição, na forma do art. 52, será analisado pela comissão de que trata o art. 23, desta Lei, que mediante parecer favorável encaminhará os casos passíveis de concessão à autorização governamental.

Parágrafo único - Do parecer contrário ao deferimento da transposição, emitido pela comissão a que se refere o "caput" deste artigo, caberá recursos à Procuradoria Geral do Estado que, discordando do mesmo parecer, emitirá pronunciamento circunstanciado, submetendo-o à decisão governamental.

Art. 54 - Aos processos de readaptação pendentes de decisão, respeitadas as normas constitucionais pertinentes, aplica-se o disposto nesta Lei no que se refere à disposição dos Cargos e respectivas Classes, dentro das correspondentes Categorias, que compõem as diversas Carreiras, observados os Níveis e os Grupos Ocupacionais, e que constituem os Quadros de Pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações, respeitando a habilitação e qualificação profissional do servidor, e o preenchimento dos demais requisitos exigidos no Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários de que trata esta Lei.

Art. 55 - O Sistema de Salários é constituído de vencimentos ou salários de Cargos Efetivos ou de Empregos, vencimentos de Cargos em Comissão e valores de Funções de Confiança.

§ 1º - Os vencimentos ou salários e valores a que se refere o "caput" deste artigo são os dispostos nas Tabelas constantes do Anexo XIV desta Lei, conforme discriminação a seguir:

- I - Tabela de Vencimentos ou Salários dos Cargos Efetivos ou Empregos;
- II - Tabela de Vencimentos dos Cargos em Comissão;
- III - Tabela de Valores das Funções de Confiança.

§ 2º - A Tabela de Vencimentos ou Salários dos Cargos Efetivos ou Empregos é distribuída em Padrões de Vencimento, que correspondem às diversas Classes das Carreiras dos Cargos, e cada Padrão de Vencimento é desdobrado em Referências, que correspondem ao desenvolvimento por avanço horizontal do servidor na mesma Classe.



LEI N° 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

23

§ 3º - Na Tabela de Vencimentos ou Salários dos Cargos Efetivos ou Empregos, a amplitude horizontal ou distância entre os valores equivalentes às Referências é de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor de cada uma para obtenção da Referência seguinte.

§ 4º - As Tabelas de Vencimentos dos Cargos em Comissão e de Valores das Funções de Confiança são distri~~buidas~~ em Símbolos, correspondendo, a cada Símbolo, um venci~~mento~~ ou valor.

§ 5º - Os Cargos em Comissão Especiais (CCE), consolidados no Anexo IV-4.2, terão as prerrogativas e vantagens regulares asseguradas aos anteriores Cargos em Comissão de Natureza Especial (CNE), e vencimento estabelecido de acordo com o Símbolo indicado na Situação Nova do mesmo Anexo combinado com o respectivo valor fixado no Anexo XIV - 14.2, desta Lei.

Art. 56 - O Sistema de Salário compreende, também, o reajuste mensal das Tabelas de Vencimentos ou Salários e Valores, obedecidos os critérios estabelecidos neste artigo.

§ 1º - O reajuste da Tabela de Vencimentos ou Salários dos Cargos Efetivos ou Empregos dar-se-á na forma a seguir, para estabelecer o valor reajustado da Referência "1" dos Padrões de Vencimento, calculando-se o valor das demais Referências conforme o disposto no § 3º do art. 55 desta Lei:

I - O valor da Referência "1" do Padrão de Vencimento I será reajustado no mesmo índice de reajuste do Salário Mínimo que for estabelecido pelo Governo Federal;

II - Ocorrendo reajuste do valor da Referência "1" do Padrão de Vencimento I, na forma do inciso I deste parágrafo, o valor da Referência "1" de cada um dos de mais Padrões de Vencimento será reajustado acrescendo-se, à diferença entre o valor da Referência "1" que se quer reajustar e o valor da Referência "1" do Padrão de Vencimento imediatamente inferior, não reajustado, o percentual de reajuste que vier a ser especificamente fixado em lei de iniciativa do Poder Executivo, e somando-se o resultado ao valor já reajustado da mesma Referência "1" daquele Padrão de Vencimento inferior.

§ 2º - Os valores dos vencimentos dos Cargos em Comissão Especiais terão sempre os mesmos reajustes do Cargo de Secretário de Estado.



# LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

24

§ 3º - As Tabelas de Vencimentos dos Cargos em Comissão Simples e de Valores das Funções de Confiança Gerais serão reajustadas no percentual específico que for estabelecido na lei a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo.

§ 4º - Os valores das Funções de Confiança do Magistério serão reajustados aplicando-se o correspondente índice estabelecido na Tabela 14.3.2, do Anexo XIV-14.3, desta Lei, sempre que for reajustado, na forma legal, o vencimento do cargo efetivo do seu ocupante, conforme a respectiva formação específica de Magistério.

Art. 57 - Os servidores de nível superior de licenciatura curta e os comissionados serão enquadrados na Categoria S.1 Classe A - padrão XII, contando o tempo de serviço público estadual e mais uma referência para cada curso de especialização na profissão.

Art. 58 - Fazem parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

- |              |  |
|--------------|--|
| I - Anexo    | I - Diagrama da Estrutura dos Grupos Ocupacionais e das Carreiras; |
| II - Anexo   | II - Grupos Ocupacionais dos Cargos de Provimento Efetivos;        |
| III - Anexo  | III - Consolidação dos Cargos Efetivos;                            |
| IV - Anexo   | IV - Consolidação dos Cargos em Comissão;                          |
| V - Anexo    | V - Consolidação das Funções de Confiança;                         |
| VI - Anexo   | VI - Sistema de Codificação;                                       |
| VII - Anexo  | VII - Codificação dos Cargos Efetivos;                             |
| VIII - Anexo | VIII - Codificação dos Cargos em Comissão;                         |
| IX - Anexo   | IX - Codificação das Funções de Confiança;                         |
| X - Anexo    | X - Demonstrativo de Cargos Efetivos Permanentes e em Extinção;    |
| XI - Anexo   | XI - Descrição dos Cargos de Provimento Efetivo;                   |

*anexo*



LEI Nº 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

25

XII - Anexo - XII - Descrição dos Cargos em Comissão;

XIII - Anexo - XIII - Descrição das Funções de Confiança;

XIV - Anexo - XIV - Tabelas de Vencimentos ou Salários e Valores.

Art. 59 - Para atendimento à determinação do Art. 46, incisos VIII e IX, da Constituição Estadual, e aplicação do disposto no art. 5º desta Lei, a Administração Direta, as Autarquias e as Fundações Públicas elaborarão, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, propostas de suas estruturas organizacionais básicas e de seus quadros de cargos efetivos, de empregos se for o caso, de cargos em comissão e de funções de confiança, com denominações, códigos e símbolos, e as respectivas quantidades consolidadas.

§ 1º - A proposta a que se refere o "caput" deste artigo, acompanhada de Exposição de Motivos que a justifique, será elaborada pela Administração Direta e por cada Autarquia e Fundação Pública, e apresentada ao Chefe do Poder Executivo que, sob a forma de Projeto de Lei, a encaminhará a Assembléia Legislativa.

§ 2º - No caso da Administração Direta, a proposta da respectiva estrutura básica e dos respectivos quadros de cargos em comissão e de funções de confiança, será elaborada e apresentada por cada um dos órgãos que a integram, a nível de Secretaria de Estado, Gabinete Civil ou Militar, Procuradoria Geral, Auditoria Geral, ou equivalente, e a proposta dos quadros de cargos efetivos, e de empregos - se for o caso, pela Secretaria de Estado da Administração.

Art. 60 - Quando, dos enquadramentos funcionais e salariais decorrentes da aplicação do Plano de Cargos, Funções e Vencimentos ou Salários de que trata esta Lei, resultar redução de vencimentos de cargos de provimento efetivo atualmente percebidos pelo servidor, fica assegurado o pagamento da respectiva diferença como vantagem pessoal irrejustável a ser absorvida em futuros reajustes ou aumentos salariais, observado sempre o limite constitucional estabelecido.

Art. 61 - O disposto nesta Lei não se aplica aos Membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, do Estado de Sergipe.

Art. 62 - Os Cargos de Procurador Geral do Estado, Procurador Geral de Justiça, Secretário-Chefe do Gabinete Civil, Secretário-Chefe da Auditoria Geral do Estado e Secretário Especial terão os mesmos direitos, prerrogativas, vencimentos e vantagens do Cargo de Secretário de Estado.

*Abel*



LEI Nº 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

26

Art. 63 - Nas Autarquias e Fundações Públicas Estaduais, do Poder Executivo, os valores de Vencimento dos Cargos Comissionados de Presidente, Diretor-Presidente, Diretor Geral, Superintendente Geral ou equivalente, e de demais Diretores membros de Diretoria Executiva, com prerrogativas e vantagens idênticas às dos Cargos em Comissão Especial (CCE), são os estabelecidos na respectiva Tabela constante do Anexo XIV, aplicando-se sobre os mesmos o reajuste previsto na forma do § 2º do art. 56, desta Lei.

Art. 64 - O Poder Executivo, mediante Decreto expedirá normas regulamentares para execução desta Lei.

Art. 65 - Fica estendida aos Servidores Estaduais da Secretaria de Estado da Justiça, que estejam lotados e em efetivo exercício nas Penitenciárias e Presídios Estaduais, a aplicação do disposto no art. 26 da Lei nº 2.660, de 07 de abril de 1988, com redação dada pela Lei nº 2.710, de 17 de abril de 1989.

Art. 66 - Os servidores ocupantes de cargos ou empregos de Professor ou de Especialista, vinculados ao Subgrupo-Profissional, do Grupo Específico-Educação e Magistério, do Grupo-Geral Serviços Profissionais, dos Quadros do Pessoal Civil do Poder Executivo-Administração Direta, que se encontram no efetivo exercício de atividades técnico-pedagógicas nos órgãos ou setores internos da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, inclusive da Diretoria de Educação de Aracaju e das Diretorias Regionais de Educação, farão jus a uma Gratificação de Atividade correspondente a 50% (cinquenta por cento), do respectivo vencimento ou salário-base, observada a carga horária de trabalho, mediante concessão por Portaria do Secretário de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único - Para concessão de Justificação de atividade prevista no "caput" deste artigo, deverão ser observados critérios que avaliem o servidor, como experiência profissional de no mínimo cinco anos em unidade de ensino ou cinco anos de efetivo exercício em atividade técnico pedagógica.

Art. 67 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 1990.

Art. 68 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 2.594, de 13 de novembro de 1986.

A handwritten signature in cursive script, appearing to read 'C. W. de' or similar initials.

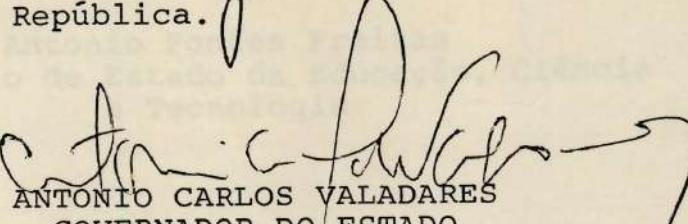


# LEI Nº 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

27

Aracaju, 22 de junho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

  
ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
GOVERNADOR DO ESTADO

José Sizino da Rocha  
Secretário de Estado de Governo

Norman Oliveira  
Secretário de Estado da Administração

Paulo Carvalho Viana  
Secretário de Estado da Agricultura,  
Abastecimento e Irrigação

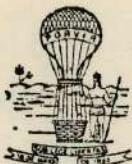
José Jorge Rabelo Barreto  
Secretário de Estado de Desenvolvimento  
Municipal

Aglaé D'Avila Fontes de Alencar  
Secretário de Estado da Cultura e Meio  
Ambiente

Sérgio Silva Fontes  
Secretário de Estado da Habitação e  
Saneamento

José Leô de Carvalho Filho  
Secretário de Estado do Bem-Estar Social  
e Trabalho

André Mesquita Medeiros  
Secretário de Estado de Economia e  
Finanças



L E I Nº 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

28

Antonio Fontes Freitas  
Secretário de Estado da Educação, Ciência  
e Tecnologia

Carlos Henriques Soares Nascimento  
Secretário de Estado da Indústria, Comércio  
e Turismo

Jorge Luis Almeida Fraga  
Secretário de Estado da Justiça

Gilton Machado Resende  
Secretário de Estado da Saúde

João de Seixas Dória  
Secretário de Estado dos Transportes,  
Obras Públicas e Energia

Eduardo Antonio Carvalho Pereira  
Secretário de Estado da Segurança  
Pública

ASS.



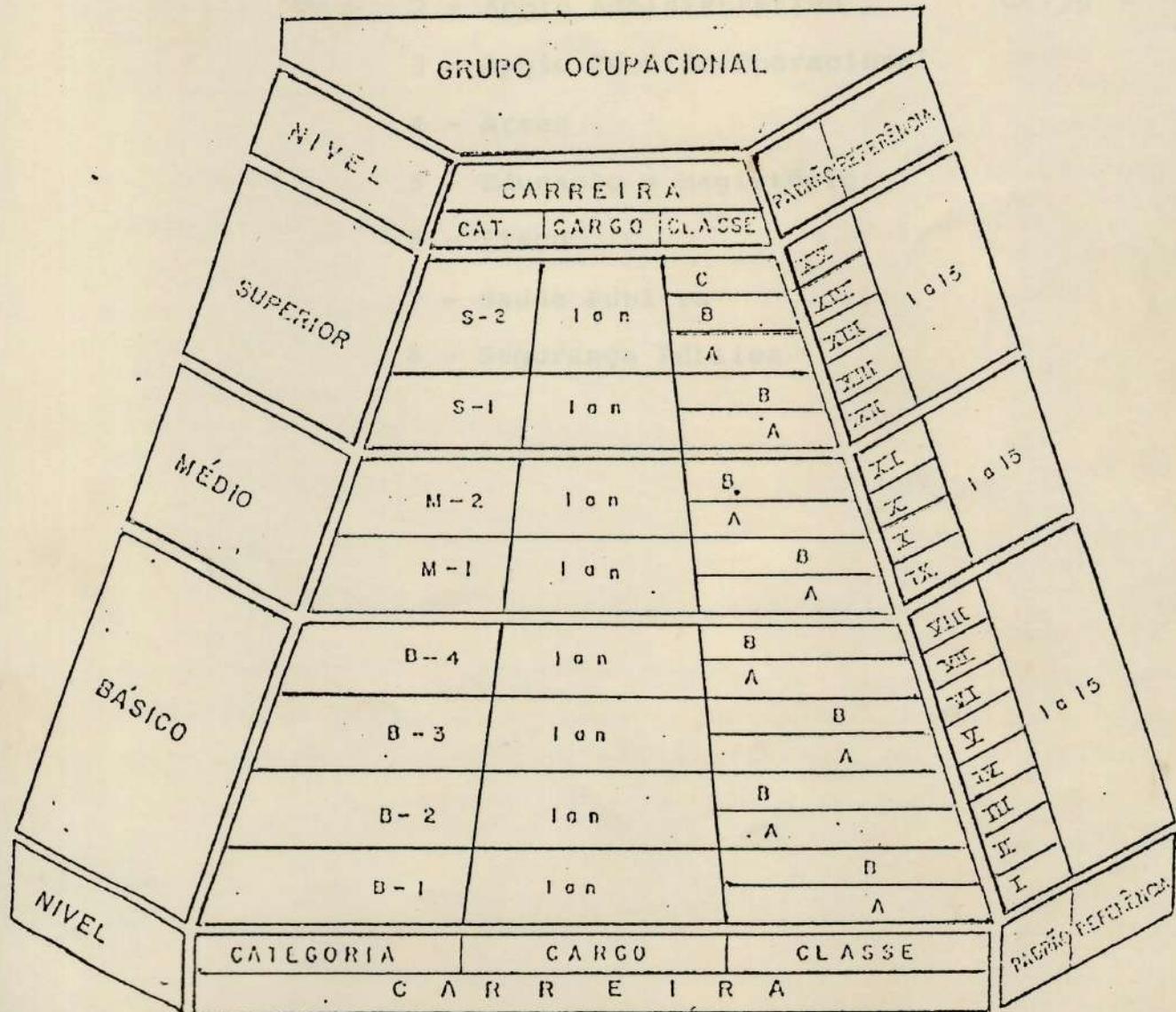
LEI N.º 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO I

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS

FOLHA  
01/01  
DATA

DIAGRAMA DA ESTRUTURA DOS GRUPOS OCUPACIONAIS E DAS CARREIRAS



*aval*



# LEI N.º 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

## ANEXO II

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS

FOLHA  
01/01  
DATA

### GRUPOS OCUPACIONAIS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

- 1 - Advocacia de Estado
- 2 - Apoio Administrativo
- 3 - Apoio Técnico-Operacional
- 4 - Artes
- 5 - Educação e Magistério
- 6 - Fisco
- 7 - Saúde Pública
- 8 - Segurança Pública

*Wol*



L E I N.º 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III

GOVERNO DE SERGIPE SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS CONSOLIDAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS	FOLHA 01/16
SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
Administrador Técnico de Administração (Nível Superior) Técnico Nível Superior Recursos Humanos	Administrador
Administrador de Edifício (E)	Administrador de Edifício (E)
Administrador Hospitalar	Administrador Hospitalar
Agente Administrativo Agente de Administração Almoxarife Auxiliar Administrativo Auxiliar de Administração Auxiliar de Assistente Técnico Auxiliar de Escritório Auxiliar de Serviços Especiais Escriturário Datilógrafo Datilógrafo Secretário de Orquestra + Técnico (E)	Agente Administrativo
Agente Comunitário	Agente Comunitário
-	Agente de Polícia
Agente de Saúde Pública	Agente de Saúde Pública
Agente de Segurança Penitenciário	Agente de Segurança Penitenciário

*awol*



L E I N.º 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 02/16

Assistente de Serviços Médicos Odontológicos	
Assistente de Serviços Médicos Odontológicos "A"	
Auxiliar de Ambulatório	Agente de Serviços de Saúde
Auxiliar de Nutrição	
Auxiliar de Serviços Médicos	
Auxiliar de Serviços de Saúde	
Atendente de Enfermagem	
Agente Policial	
Agente de Segurança Civil	Agente Policial (E)
Auxiliar de Serviços Técnicos	Ajudante de Laboratório
Auxiliar de Laboratório	
Auxiliar de Serviços Técnicos (Saúde)	Ajudante de Laboratorista de Saúde
Alfaiate (E)	Alfaiate (E)
Analista de Sistema	Analista de Sistema
Arqueólogo	Arqueólogo
Arquiteto	Arquiteto
Arquivista	Arquivista
Arquivista Músico	Arquivista Músico
Bailarino	Arte-Educador I
-	Arte-Educador II
Assistente Administrativo	
Assistente de Administração	Assistente Administrativo
Assistente de Estudo	
Oficial de Administração	
Assistente de Arqueologia (E)	Assistente de Arqueologia (E)
Assistente de Produção	Assistente de Produção

*Cewal*



# LEI N.º 2.804

DE 92 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 03/16

-	Assistente do Registro do Comércio I
-	Assistente do Registro do Comércio II
Assistente Social	Assistente Social
Assistente Técnico Agente Cultural Recreador	Assistente Técnico
Atuário	Atuário
Auditor	Auditor
-	Auditor Tributário
Auxiliar de Montagem	Auxiliar de Montagem
Auxiliar de Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	Auxiliar de Enfermagem do Trabalho
Assistente de Fisioterapia	Auxiliar de Fisioterapia
Assistente de Laboratório Auxiliar Técnico (ITPS)	Auxiliar de Laboratório
Auxiliar Técnico (Área de Saúde)	Auxiliar de Laboratório de Saúde
-	Auxiliar de Microfilmagem
Auxiliar de Necropsia	Auxiliar de Necropsia
-	Auxiliar de Restauração
Auxiliar de Topógrafo	Auxiliar de Topógrafo
-	Auxiliar do Registro de Comércio I
-	Auxiliar do Registro do Comércio II

*curvel*



LEI N.º 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 04/16

-	Auxiliar do Registro do Comércio III
Auxiliar de Saneamento	Auxiliar de Saneamento
Auxiliar Técnico Contador (E) Diretor Administrativo Diretor Comercial (E) Supervisor Técnico de Nível Médio Tesoureiro (E)	Auxiliar Técnico
Balconista Balconista (A)	Balconista
Barbeiro	Barbeiro
Bibliotecário	Bibliotecário
Bibliotecário III	Bibliotecário de Magistério III
Bibliotecário V (Magistério)	Bibliotecário de Magistério V
Biólogo	Biólogo
Bombeiro Hidráulico	Bombeiro Hidráulico
Caixa Caixa "A"	Caixa ??
Camareira	Camareira de Teatro
Capelão (E)	Capelão (E)
Cenógrafo (E)	Cenógrafo (E)
Chefe de Oficina (E)	Chefe de Oficina (E)
Cinegrafista	Cinegrafista
Cirurgião Dentista Dentista Odontólogo Odontologista	Cirurgião Dentista

*anál*



# LEI N.º 9.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 05/16

Contador	Contador
Controlador de Arrecadação	Controlador de Arrecadação
Copista Músico	Copista Músico
Coreógrafo (E)	Coreógrafo (E)
Costureiro	Costureiro
Cozinheiro	Cozinheiro
Datiloscopista	Datiloscopista
Defensor Público	Defensor Público
-	Delegado de Polícia
Desenhista	Desenhista
Detetive de Polícia	Detetive de Polícia (E)
Digitador	Digitador
Discotecário	Discotecário
Economista	Economista
Editor de VT	Editor de VT
Auxiliar de Iluminação	Eletricista de Espetáculo
Eletromecânico Eletrotécnico Radiotécnico	Eletrotécnico
Encarregado de Tráfego	Encarregado de Tráfego
Enfermeiro	Enfermeiro
Engenheiro Agrimensor	Engenheiro Agrimensor
Engenheiro Agrônomo	Engenheiro Agrônomo

*Gakel*



**L E I N.º 2.804**  
**DE 22 DE JUNHO DE 1990**

ANEXO III - Cont. fls. 06/16

Engenheiro Cartógrafo	Engenheiro Cartógrafo
Engenheiro Civil Engenheiro	Engenheiro Civil
Engenheiro de Alimentos	Engenheiro de Alimentos
Engenheiro de Eletrônica	Engenheiro de Eletrônica
Engenheiro de Manutenção	Engenheiro de Manutenção
Engenheiro de Operações (E)	Engenheiro de Operações (E)
Engenheiro de Segurança	Engenheiro de Segurança
Engenheiro Mecânico	Engenheiro Mecânico
Engenheiro Químico	Engenheiro Químico
-	Escrivão de Polícia
Escrivão Policial (E)	Escrivão Policial (E)
Especialista de Educação III	Especialista de Educação III
Especialista de Educação V	Especialista de Educação V
Especialista de Educação VI	Especialista de Educação VI
Estatístico	Estatístico
Agente de Terminal Agente de Terminal "A" Atendente Recepção	Executor de Serviços Administrativos

*Wal*



# L E I N.º 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 07/16

Arrumadeira	
Auxiliar de Serviços Gerais	
Auxiliar de Serviços Gerais "A"	
Carcereiro (E)	
Contínuo	
Copeiro	
Copeiro Hospitalar	
Encarregado de Rouparia (E)	
Inspetor de Alunos (E)	Executor de Serviços Básicos
Jardineiro	
Lavadeira	
Merendeira	
Office-Boy	
Servente	
Servente "A"	
Servente de Obras	
Trabalhador	
Trabalhador Rural	
Zelador (E)	
Armador	
Artífice de Manutenção	
Auxiliar de Manutenção	
Carpinteiro	
Encadernador	
Lanterneiro de Veículos	
Marceneiro	
Mecânico de Máquina de Escrever	
Oficial de Obras	
Operador de Piscina	
Pedreiro	
Pintor	
Auxiliar de Portaria	
Auxiliar Rural	
Bombeiro Abastecedor	
Borracheiro	
Guarda Volume	Executor de Serviços Operativos
Lavador Lubrificador	
Lavador Lubrificador "A"	
Operador de Copiadora	
Porteiro	
Vistoriador de Veículo	

*awal*



L E I N.º 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 08/16

Farmacêutico	Farmacêutico
Bioquímico	
Farmacêutico Bioquímico	
Farmacêutico Biologista	
Técnico Nível Superior de Laboratório de Análise	
Feitor	Feitor
Fiscal de Tráfego	Fiscal de Tráfego
Fiscal de Tributos Estaduais I	Fiscal de Tributos Estaduais I
Fiscal de Tributos Estaduais II (E)	Fiscal de Tributos Estaduais II (E)
Físico (Medicina)	Físico Radioterapeuta
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo
Fotógrafo Laboratorista Fotográfico	Fotógrafo
Fotógrafo Criminalístico	Fotógrafo Criminalístico
Garçon	Garçon
Geógrafo	Geógrafo
Geólogo	Geólogo
Governanta	Governanta
Guarda Sanitário	Guarda Sanitário
Iluminador	Iluminador
Inspetor de Orquestra	Inspetor de Orquestra
Instrumentador Cirúrgico (E)	Instrumentador Cirúrgico (E)

*Assinatura*



# LEI N.º 2804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 09/16

Monitor Professor de Nível Médio (FEBEM) Professor Polivalente (FUNDESE)	Instrutor
Instrutor de Trabalhos Manuais (E)	Inspetor de Trabalhos Manuais (E)
-	Investigador de Polícia
Agente de Comunicação Editor Jornalista Noticiarista Redator Reporter Reporter Cinematográfico	Jornalista
Citotécnico Laboratorista	Eletrotécnico
Linotipista (E)	Linotipista (E)
Locutor Apresentador Locutor Apresentador Comunicador Locutor Comunicador	Locutor Apresentador Comunicador
Comentarista Esportivo Locutor Comentarista Esportivo Reporter Comentarista Esportivo Reporter Esportivo	Locutor Comentarista Esportivo
Locutor Entrevistador	Locutor Entrevistador
Locutor Esportivo	Locutor Esportivo
Locutor Noticiarista de Rádio Locutor Noticiarista de TV	Locutor Noticiarista de Rádio e TV
Técnico em Iluminação	Luminotécnico
Maquilador	Maquilador

*Anabel*



# LEI N.º 9.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 10/16

Operador de Máquinas (FUNDESC)	Maquinista
Médico	
Médico Biologista	
Médico do Trabalho	
Cardiologista	
Cirurgião Cabeça e Pescoço	
Cirurgião Geral	
Cirurgião Pediátrico	
Cirurgião Plástico	
Nefrologista	
Neurologista	
Oftalmologista	
Ortopedista	
Otorrinolaringologista	
Pediatra	Médico
Pneumologista	
Proctologista	
Psiquiatra	
Radiologia e Ultra-Sonografia	
Cirurgião de Tórax	
Cirurgião Vascular	
Clínico Geral	
Especialista em UTI	
Gastroenterologista	
Hematologista	
Neurocirurgião	
Urologista	
Infectologista	
Imunoalergologista	

*AvSal*



L E I N.º 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 11/16

Médico Veterinário	Médico Veterinário
Mestre de Obras	Mestre de Obras
Montador de Orquestra	Montador de Orquestra
Mordomo	Mordomo
Motorista Motorista "A"	Motorista
-	Museólogo
Músico Instrumentista III-O	Músico Instrumentista - I
Músico Instrumentista IV-O	Músico Instrumentista II
Músico Instrumentista V-O	Músico Superior
Nutricionista	Nutricionista
-	Oficial Administrativo
Chapista Eletricista Eletricista de Automóvel Eletricista Geral Eletricista de Manutenção Eletricista de Semáforo Eletricista de Veículos Mecânico Mecânico de Automóvel Mecânico Geral Pintor de Veículos Soldador Torneiro	Oficial de Manutenção

*Ansel*



L E I N.º 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 12/16

Impressor de Artes Gráficas	Operador de Artes Gráficas
Operador Gráfico	
Operador de Máquinas	Operador de Máquinas
Operador de Máquinas "A"	
Técnico em Processamento de Dados	Operador de Microcomputador
Operador de Audio	
Operador de Câmera	
Operador de Controle Mestre	
Operador de VT	
Operador de Gravações	
Operador de Rádio	Operador de Som e Imagem
Operador de Som de Estúdio	
Operador de Telecine	
Operador de Transmissor de Rádio	
Operador de Transmissor de VT	
Operador de Vídeo	
Sonoplasta	
Operador de Telex	Operador de Telex
Parteira	Parteira
Perito Criminal	Perito Criminalístico
Médico Legista	Perito Médico Legista
Pintor de Chapa	Pintor Letrista
Advogado (Autarquia)	
Assessor Jurídico	
Procurador	Procurador Autárquico
Procurador do Estado 1ª Categoria	Procurador do Estado
Procurador do Estado 2ª Categoria	
Advogado (Fundação)	Procurador Fundacional
Animador Cultural	Produtor Cultural
Produtor Executivo	Produtor Executivo de Rádio e TV

*Arival*



L E I N.º 2.804

DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 13/16

Professor I	Professor I
Professor I-S (E)	Professor I-S (E)
Professor II	Professor II
Professor II-S (E) Professor 60% de V	Professor II-S (E)
Professor III	Professor III
Professor III-S (E) Professor 70% de V	Professor III-S (E)
Professor IV	Professor IV
Professor IV-S (E) Professor 90% de V	Professor IV-S (E)
Professor V	Professor V
Professor VI	Professor VI
Professor VI-S (E)	Professor VI-S (E)
Programador	Programador
Psicólogo	Psicólogo
Publicitário	Publicitário
Bromotologista Químico Industrial	Químico Industrial
Operador de Rádio Operador de Som Radioperador	Radioperador
Relações Públicas Técnico em Comunicação Social Técnico em Comunicação	Ralações Públicas
Sanitarista	Sanitarista

*awal*



L E I N.º 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 14/16

Secretário III	Secretário de Magistério III
Secretário Executivo	Secretário Executivo
Sociólogo	Sociólogo
Classificador de Sementes Técnico Agrícola	Técnico Agrícola
Técnico em Alimentos	Técnico de Alimentos
Técnico em Biblioteca	Técnico de Biblioteca de Magis tério
Técnico em Sistema Financeiro de Habitação	Técnico em Sistema Financeiro de Habitação
Técnico de Administração	Técnico em Administração
Arquivista (Nível Médio)	Técnico em Arquivo
Técnico em Assuntos Historiográf ico	Técnico em Assuntos Historiagrá fico
Técnico em Audio Técnico em Externa Técnico em Video	Técnico em Audio, Video e Exter na
Técnico em Contabilidade	Técnico em Contabilidade
Técnico em Economia Doméstica	Técnico em Economia Doméstica
Técnico em Edificações	Técnico em Edificações
Pedagogo Técnico em Educação	Técnico em Educação
Técnico em Eletroencefalograma (E)	Técnico em Eletroencefalograma (E)
Técnico em Eletrônica	Técnico em Eletrônica
Técnico em Enfermagem	Técnico em Enfermagem

*Cabe*



LEI N.º 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 15/16

Técnico em Estatística	Técnico em Estatística
Técnico em Estradas	Técnico em Estradas
-	Técnico em Higiene Dental
Técnico em Laboratório Laboratorista	Técnico em Laboratório
Técnico em Rádio Técnico em Manutenção de TV	Técnico em Manutenção de Rádio e TV
Técnico em Máquinas	Técnico em Máquinas
-	Técnico em Microfilmagem
Técnico em Necrópsia	Técnico em Necrópsia
Técnico em Nutrição	Técnico em Nutrição
Técnico em Perícia de Acidente de Trânsito	Técnico em Perícia de Acidente de Trânsito
Técnico em Química	Técnico em Química
Técnico em Radiologia	Técnico em Radiologia
Técnico em Refrigeração	Técnico em Refrigeração
Técnico em Secretariado	Técnico em Secretariado
Supervisor de Segurança do Traba lho Técnico de Segurança	Técnico em Segurança do Traba lho
Técnico em Sinalização de Trânsi to	Técnico em Sinalização de Trânsi to
Técnico em Sonoplastia	Técnico em Sonoplastia
Tecnólogo em Cooperativismo	Tecnólogo em Cooperativismo

*Cerval*



L E I N.º 9804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO III - Cont. fls. 16/16

Telefonista	Telefonista
Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional
Topógrafo	Topógrafo
Vendedor de Produtos Penitenciários (E)	Vendedor de Produtos Penitenciários (E)
Guarda de Segurança Guarda de Segurança "A" Vigia Vigilante	Vigilante
Visitador Sanitário	Visitador Sanitário
-	Zootecnista
Técnico em Desenvolvimento	-
Técnico em Pesquisa	-

(E) CARGO EM EXTINÇÃO.

LEI N. 9.804  
DE 29 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO IV

47

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO SIMPLES

| FOLHA 01/10

| DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
AJUDANTE DE ORDEM	CC-05   G. M.	AJUDANTE DE ORDEM	CCS-07
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	CC-06   SEDCIT	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	CCS-06
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	CC-06   G. E.		
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	CC-06   SEG		
ASSESSOR ADMINISTRATIVO	CC-06   G. C.		
ASSESSOR CHEFE	CC-07   G. C.	ASSESSOR CHEFE	CCS-07
ASSESSOR CHEFE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-07   SEG		
CHEFE DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CCS-3   HOSPITASE		
CHEFE DE ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS	CCS-3   HOSPITASE		
CHEFE DE ASSESSORIA ESPECIAL	CCS-3   HOSPITASE		
CHEFE DE ASSESSORIA JURÍDICA	CCS-3   HOSPITASE		
CHEFE DE ASSESSORIA TÉCNICA	CC-03   IPH		
ASSESSOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-05   SES	ASSESSOR I	CCS-05
ASSESSOR I	CC-05   AGE		
ASSESSOR I	CC-05   G. C.		
ASSESSOR I	CC-05   SEIC		
ASSESSOR I	CC-05   SETOP		
ASSESSOR I	CC-05   SES		
ASSESSOR I	CC-05   SEG		
ASSESSOR I	CC-05   SAGRI		
ASSESSOR I	CC-05   SEBAST		
ASSESSOR I	CC-05   SECMA		
ASSESSOR I	CC-05   SEDEM		
ASSESSOR I	CC-05   SEDCIT		
ASSESSOR I	CC-05   SEHABS		
ASSESSOR I	CC-05   G. E.		
ASSESSOR JURÍDICO	CC-02   IPH		
ASSESSOR TÉCNICO	CC-02   IPH		
ASSESSOR TÉCNICO DO CONSELHO EST. DE CULTURA	CC-05   SECMA		
ASSISTENTE TÉCNICO I	CC-05   SEEF		
ASSESSOR	CCS-1   HOSPITASE	ASSESSOR II	CCS-04
ASSESSOR DE IMPRENSA II	CC-04   G. C.		
ASSESSOR II	CC-04   SEG		
ASSESSOR II	CC-04   G. C.		
ASSESSOR II	CC-04   SEDEM		
ASSESSOR II	CC-04   SEDCIT		
ASSESSOR II	CC-04   SEEF		
ASSESSOR II	CC-04   SEJUS		
ASSESSOR II	CC-04   SSP		
ASSESSOR II	CC-04   SES		
ASSESSOR II	CC-04   SEBAST		
ASSESSOR II	CC-04   G. E.		

*atual*

LEI N. 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO IV

48

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO SIMPLES

| FOLHA 02/10  
| DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA	CC-02   HEMOSE	ASSESSOR II	CCS-04
SECRETARIO DE GABINETE	CC-04   G. C.		
ASSESSOR DE DIRETORIA ADMINISTRATIVA	CC-04   IPES	ASSESSOR III	CCS-03
ASSESSOR DE DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA	CC-04   IPES		
ASSESSOR DE DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA	CC-04   IPES		
ASSESSOR DE DIRETORIA FINANCEIRA	CC-04   IPES		
ASSESSOR III	CC-03   SEG		
ASSESSOR III	CC-03   G. C.		
ASSESSOR III	CC-03   SEAD		
ASSESSOR III	CC-03   SAGRI		
ASSESSOR III	CC-03   SEJUS		
ASSESSOR III	CC-03   SEBST		
ASSESSOR III	CC-03   SSP		
ASSESSOR III	CC-03   G. E.		
ASSESSOR JURÍDICO	CC-02   JUCESE	ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO	CCS-10
ASSESSOR TEC. ADMINISTRATIVO	CC-10   G. E.		
ASSESSOR TEC. ADMINISTRATIVO	CC-10   SEBST		
ASSESSOR TEC. ADMINISTRATIVO	CC-10   SEEF		
ASSESSOR TEC. ADMINISTRATIVO	CC-10   G. C.		
ASSESSOR TEC. ADMINISTRATIVO	CC-10   SES		
ASSESSOR TÉCNICO	CC-02   JUCESE		
ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO	CC-10   SEDCIT		
CONSULTOR TÉCNICO	CCS-1   FUNDESE		
CONSULTOR TÉCNICO	CCS-4   HOSPITASE		
ASSESSOR DE ATIV. DE LAZER	CC-08   SEBST	ASSESSOR TÉCNICO I	CCS-08
ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO	CC-08   SEDEM		
ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO	CC-08   SEG		
ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO	CC-08   G. E.		
ASSESSOR DE INFORMATICA	CC-07   SEEF	ASSESSOR TÉCNICO II	CCS-07
ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA	CC-03   IPES		
ASSESSOR TÉCNICO	CC-07   G. C.		
ASSESSOR TÉCNICO	CC-07   SEEF		
ASSESSOR TÉCNICO	CC-07   G. E.		
ASSISTENTE DE SECRETARIO	CC-07   SEG	ASSISTENTE DE SECRETARIO DE ESTADO	CCS-08
ASSISTENTE DE SECRETARIO	CC-07   SEEF		
ASSISTENTE DO SECRETARIO	CC-07   SEDCIT		
ASSISTENTE TÉCNICO III	CC-02   SSP	ASSISTENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS I	CCS-02
ASSISTENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS	CC-01   SEDCIT	ASSISTENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS II	CCS-01
ASSISTENTE FOTOGRÁFICO	CC-01   G. C.		

*Caixa*

LEI N.º 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO IV

42

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO SIMPLES

| FOLHA 03/10  
| DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
MOTORISTA CHEFE	CC-01   G. M.	ASSISTENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS II	CCS-01
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEG	AUXILIAR DE GABINETE	CCS-01
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   G. C.		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   PGE		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   AGE		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SETOP		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEIC		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SSP		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SES		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEAD		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SAGRI		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEBSE		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SECMA		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEDEM		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEDCIT		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEHABS		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   G. E.		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   G. V. G.		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   IPH		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   SEEF		
AUXILIAR DE GABINETE	CC-01   JUCESE		
CHEFE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	CC-10   G. M.	CHEFE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	CCS-10
CHEFE DE ASSESSORIA TÉCNICA	CC-10   SEEF	CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA	CCS-10
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SEAD	CHEFE DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CCS-10
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SEBSE		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SECMA		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SEDCIT		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SES		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SSP		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SETOP		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SEJUS		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SEDEM		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SAGRI		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SEHABS		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	CC-10   SEIC		
CHEFE DA ASS. DE LEG. E N. DO CONS. EST. DE EDUCACAO	CC-05   SEDCIT	CHEFE DE ASSESSORIA DO CONS. EST. DE EDUCACAO	CCS-05
CHEFE DA ASS. TEC. DO CONS. EST. DE EDUCACAO	CC-05   SEDCIT		
CHEFE DE GABINETE	CC-08   SEDCIT	CHEFE DE GABINETE I	CCS-08
CHEFE DE GABINETE	CC-08   SEDEM		
CHEFE DE GABINETE	CC-08   SEJUS		

WCL

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO IV

50

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNCOES E VENCIMENTOS OU SALARIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDACAO DE CARGOS EM COMISSAO SIMPLES

| FOLHA 04/10  
| DATA  
|

SITUACAO ANTERIOR	I	SITUACAO NOVA	I	
DENOMINACAO	SIMB.	ORIGEM	DENOMINACAO	SIMB.
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SETOP	CHEFE DE GABINETE I	CCS-08
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SSP		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SES		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SEAD		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	AGE		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SECMA		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SAGRI		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SEG		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	G. C.		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SEEF		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SEBST		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	PGE		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SEIC		
CHEFE DE GABINETE	CC-08	SEHABS		
CHEFE DE GABINETE	CC-02	IPH	CHEFE DE GABINETE II	CCS-05
CHEFE DE GABINETE	CCS-2	HOSPITASE		
CHEFE DE GABINETE	FC-01	DEP		
CHEFE DE GABINETE	FG-01	IPES		
CHEFE DE GABINETE	FC-03	JUCESE		
CHEFE DE GABINETE	FG-05	DETTRAN		
CHEFE DE GABINETE	FG-03	FUNDESE		
CHEFE DE GABINETE	FG-06	FUNDESC		
CHEFE DE GABINETE	FC-07	FEBEM		
CHEFE DE GABINETE	FG-07	FUNDAP		
CHEFE DE GABINETE DO DIRETOR GERAL	FC-09	DER		
CHEFE DO GABINETE DA PRESIDENCIA	CC-01	HEMOSE		
COORDENADOR DE TRANSPORTES I	CC-03	SSP	CHEFE DE SERVICOS ESPECIAIS I	CCS-03
MORDOMO CHEFE	CC-02	G. C.		
CHEFE DE SERVICOS ESPECIAIS	CC-01	IPH	CHEFE DE SERVICOS ESPECIAIS II	CCS-02
COORDENADOR DE TRANSPORTES II	CC-02	SSP		
DIRETOR DE SECRETARIA	CC-01	PGE		
CHEFE DE SERVICOS ESPECIAIS III	CC-01	G. C.		
CHEFE DO CERIMONIAL DO GOVERNO	CC-10	G. C.	CHEFE DO CERIMONIAL DO GOVERNO	CCS-10
CHEFE DO SERV. DE SEGURANCA	CC-06	G. M.	CHEFE DO SERVICO DE SEGURANCA	CCS-07
CHEFE DO SERV. DE TELECOMUNICACOES	CC-05	G. M.	CHEFE DO SERVICO DE TELECOMUNICACOES	CCS-07
CHEFE DO SERV. DE TRANSPORTES DO PALACIO	CC-05	G. M.	CHEFE DO SERVICO DE TRANS. DO PALACIO DO GOVERNO	CCS-07
COMANDANTE DA GUARDA DO PALACIO	CC-05	G. M.	COMANDANTE DA GUARDA DO PALACIO DO GOVERNO	CCS-07
DELEGADO ADJUNTO	CC-04	SSP	DELEGADO ADJUNTO DE POLICIA	CCS-05

*aval*

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO  
PLANO DE CARGOS, FUNCOES E VENCIMENTOS OU SALARIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDACAO DE CARGOS EM COMISSAO SIMPLES

FOLHA 05/10  
DATA

SITUACAO ANTERIOR		SITUACAO NOVA		
DENOMINACAO	DESP. / SIMB.	ORIGEM	DENOMINACAO	DESP. / SIMB.
DELEGADO DISTRITAL DE POLICIA	CC-02	SSP	DELEGADO DISTRITAL DE POLICIA	CCS-03
DELEGADO METROPOLITANO DE POLICIA	CC-09	SSP	DELEGADO ESPECIAL DE POLICIA <i>Delegado Metropolitano</i>	CCS-10 <i>CCS-10</i>
DELEGADO MUNICIPAL DE POLICIA	CC-05	SSP	DELEGADO MUNICIPAL DE POLICIA	CCS-06
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA	CC-06	SSP	DELEGADO REGIONAL DE POLICIA	CCS-07
COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	CC-02	JUCESE	DIRETOR DE COORDENADORIA	CCS-10
COORDENADOR DA VIA ADMINISTRATIVA	CC-10	PGE		
COORDENADOR DE REDACAO	CC-10	G. C.		
COORDENADOR DO CENTRO DE ESTUDO	CC-10	PGE		
COORDENADOR DO CONTENCIOSO	CC-10	PGE		
COORDENADOR DO REGISTRO DO COMERCIO	CC-02	JUCESE		
COORDENADOR DOS SERVICOS POLICIAIS NO INTERIOR	CC-10	SSP		
DIRETOR DA COORD. DE INFORMATICA	CC-10	SEEF		
DIRETOR DA COORDENADORIA TECNICA	CC-01	FUNDESC		
DIRETOR DA DIV. DE ORC. E FINANCAS	CC-10	SEG		
DIRETOR DE COORDENACAO	CC-10	SEG		
DIRETOR GERAL DO HOSP. JOAO ALVES	CCS-1	HOSPITASE		
COORDENADOR DA MERENDA ESCOLAR	CC-10	SEDCIT		
DIRETOR DO DEPART. DE ASSUNTOS DE JUSTICA	CC-10	SEJUS	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CCS-10
DIRETOR DO DEPART. DE ORG. E C. DO SISTEMA DE SAUDE	CC-10	SES		
DIRETOR DO DEPART. DO SISTEMA PENITENCIARIO	CC-10	SEJUS		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO CENTRAL DE SAUDE	CC-10	SES		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACAO SOCIAL	CC-10	SEBST		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEAD		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEBST		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SECMA		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEDCIT		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEJUS		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SES		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEHABS		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEEF		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEG		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SSP		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEDEM		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SAGRI		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SETOP		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADM E FINANCAS	CC-10	SEIC		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AP. COMPLEMENTAR AO ENSINO	CC-10	SEDCIT		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL	CC-10	SEDEM		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	CC-10	SEDCIT		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	CC-10	SEBST		

*Assinatura*

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO SIMPLES

: FOLHA 06/10  
: DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	: SIMB. : ORIGEM :	DENOMINAÇÃO	: SIMB.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRABALHO	: CC-10 : SEBTS :	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	: CCS-10
DIRETOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO	: CC-10 : SEDEM :		
DIRETOR DO DEPARTAMENTO TÉCNICO	: CC-01 : FUNDESC :		: CCS-11
DIRETOR DE EDUCACAO DE ARACAJU	: DC-08 : SEDCIT :	DIRETOR DE EDUCACAO DE ARACAJU	: CCS-08
DIRETOR DA PENITENCIARIA DE ARACAJU	: CC-07 : SEJUS :	DIRETOR DE PENITENCIARIA	: CCS-09
DIRETOR DA PENITENCIARIA DE AREIA BRANCA	: CC-07 : SEJUS :		
DIRETOR DO PRESIDIO REG DE NOSSA SENHORA DA GLORIA	: CC-07 : SEJUS :	DIRETOR DE PRESIDIO	: CCS-07
DIRETOR DO PRESIDIO REG DE TOBIAS BARRETO	: CC-07 : SEJUS :		
DIR. DO SERV. DE ACOMP.C. E AVAL DE PL.PROG.E PROJETOS	: CC-08 : SEEF :	DIRETOR DE SERVICO	: CCS-08
DIRETOR DA DIV ADMINISTRATIVA DO HOSP JOAO ALVES	: CCS-2 : HOSPITASE :		
DIRETOR DA DIV. DE AUDITORIA DA ADM INDIRETA	: CC-05 : AGE :		
DIRETOR DA DIV. DE AUDITORIA DA ADM. DIRETA	: CC-05 : AGE :		
DIRETOR DA DIV. DE ENFERMAGEM DO HOSP. JOAO ALVES	: CCS-2 : HOSPITASE :		
DIRETOR DA DIV. DE PAG. DE PESSOAL	: CC-05 : SEAD :		
DIRETOR DA DIV. DE REG. E MOV. DE PESSOAL	: CC-05 : SEAD :		
DIRETOR DA DIV. MEDICA DO HOSP JOAO ALVES	: CCS-2 : HOSPITASE :		
DIRETOR DA DIV. TEC. AUX. DO HOSP. JOAO ALVES	: CCS-2 : HOSPITASE :		
DIRETOR DE SERV. DE ADM. ORÇAMENTARIA	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV DE ELAB. DE PLANOS PROG. E PROJETOS	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV DE FIS DE MERCADORIAS EM TRANSITO	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE ADM CONTABIL	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE ADM FINANCEIRA	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE CONT. E PAG DA DIV PUBLICA	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE COORD. SET. DE FINANÇAS	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE ELABORACAO DE ORÇAMENTOS	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE FISCAL. DE ESTABELECIMENTOS	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE INF. ECON. FISCAIS	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE TRIBUTACAO	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERV. DE ACOMP.CONTR.E AVAL.DE ORÇAMENTOS	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERVICO DE ARRECADCACAO	: CC-08 : SEEF :		
DIRETOR DO SERVICO MEDICO	: CC-07 : SEAD :		
DIRETOR GERAL DO HOSP LOURIVAL BAPTISTA	: CCS-1 : HOSPITASE :		
DIRETOR DA DIV ADM. DO HOSP LOURIVAL BAPTISTA	: CCS-2 : HOSPITASE :	DIRETOR DE SUBCOORDENADORIA I	
DIRETOR DA DIV DE ENFERMAGEM DO HOSP LOURIVAL BAPTISTA	: CCS-2 : HOSPITASE :		: CCS-07
DIRETOR DA DIV MEDICA DO HOSP LOURIVAL BAPTISTA	: CCS-2 : HOSPITASE :		
DIRETOR DE COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	: CC-03 : IPH :		
DIRETOR DE COORDENADORIA TECNICA	: CC-03 : IPH :		
DIRETOR GERAL DO HOSP AMPARO DE MARIA	: CCS-1 : HOSPITASE :		
DIRETOR DO DEPART. CENTRAL DE PESSOAL	: CC-10 : SEAD :	--	
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	: CC-10 : SEAD :	--	

*Atual*

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO SIMPLES

| FOLHA 07/10  
| DATA  
|

SITUAÇÃO ANTERIOR

SITUAÇÃO NOVA

DENOMINAÇÃO	SIMB.	ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO DO ESTADO	CC-10	SEAD	--	---
CHEFE DE DIVISÃO COORDENADOR	CC-05   CCS-2	SEAD   HOSPITASE	DIRETOR DE SUBCOORDENADORIA II	CCS-05
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	CCS-2	HOSPITASE		
DIRETOR DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	CC-02	HEMOSE		
DIRETOR DA COORDENADORIA TÉCNICA	CC-02	HEMOSE		
DIRETOR DA DIV. ADMINISTRATIVA DO HOSP AMPARO DE MARIA	CCS-2	HOSPITASE		
DIRETOR DA DIV. DE ENFERMAGEM DO HOSP AMPARO DE MARIA	CCS-2	HOSPITASE		
DIRETOR DA DIV. DE TREINAMENTO	CC-05	SEAD		
DIRETOR DA DIV. MÉDICA DO HOSP AMPARO DE MARIA	CCS-2	HOSPITASE		
DIRETOR DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO MOVEL E IMÓVEL	CC-05	SEAD		
DIRETOR DA DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	CC-05	SEAD		
GERENTE DE CSU	CCS-2	FUNDESE		
CHEFE DE UNIDADE DA DIV. PÚBLICA DA ADM. DIRETA	CC-04	SEEF	DIRETOR DE UNIDADE DE SERVIÇO	CCS-04
CHEFE DE UNIDADE DA DIV. PÚBLICA DA ADM. INDIRETA	CC-04	SEEF		
DIRETOR DA DIV. DE PERICIAS MÉDICAS	CC-04	SSP		
DIRETOR DO CENTRO DE DADOS	CC-04	SSP		
DIRETOR DO SERV. DE TELECOMUNICAÇÕES	CC-04	SSP		
DIRETOR DO SERV. EST. DE INFORMAÇÕES	CC-04	SSP		
DIRETOR DE UNIDADE HOSPITALAR	CC-07	SES	DIRETOR DE UNIDADE HOSPITALAR	CCS-08
DIRETOR DO INST. CRIMINALÍSTICO	CC-05	SSP	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA	CCS-10
DIRETOR DO INST. DE IDENTIFICAÇÃO	CC-05	SSP	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	CCS-10
DIRETOR DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL	CC-05	SSP	DIRETOR DO DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL	CCS-10
CHEFE DE NÚCLEO SETORIAL DE FINANÇAS	CC-03	SEEF	DIRETOR DO NÚCLEO SETORIAL DE FINANÇAS	CCS-03
DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO	CC-08	SEDCIT	DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO	CCS-08
DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE	CC-08	SES	DIRETOR REGIONAL DE SAÚDE	CCS-08
INSPECTOR DE SEGURANÇA	CC-02	SEJUS	INSPECTOR DE SEGURANÇA	CCS-03
INSPECTOR GERAL DE SEG. DO PRESÍDIO REG. DE T. BARRETO	CC-03	SEJUS	INSPECTOR GERAL DE SEGURANÇA	CCS-04
INSPECTOR GERAL DE SEGURANÇA	CC-03	SEJUS		
INSPECTOR REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO	CC-07	SEEF	INSPECTOR REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO	CCS-07
OFICIAL DE Gabinete	CC-02	SEG	OFICIAL DE Gabinete	CCS-02
OFICIAL DE Gabinete	CC-02	G. C.		
OFICIAL DE Gabinete	CC-02	PGE		

*anexo*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO IV

54

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNCOES E VENCIMENTOS OU SALARIOS  
ANEXO 4.1 - CONSOLIDACAO DE CARGOS EM COMISSAO SIMPLES

| FOLHA 08/10  
| DATA

SITUACAO ANTERIOR

SITUACAO NOVA

DENOMINACAO

| SIMB. | ORIGEM

DENOMINACAO

| SIMB.

OFICIAL DE GABINETE	CC-02   AGE	OFICIAL DE GABINETE	CCS-02
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SETOP		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SSP		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SEBST		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SEDEM		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SEDCIT		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SEHABS		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SEAD		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SECMA		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   G. E.		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SEJUS		
OFICIAL DE GABINETE	CC-02   SES		
SECRETARIO GERAL DO CONSELHO EST. DE CULTURA	CC-06   SECMA	SECRETARIO GERAL DO CONS. ESTADUAL DE CULTURA	CCS-06
SECRETARIO GERAL DO CONS. ESTADUAL DE EDUCACAO	CC-05   SEDCIT	SECRETARIO GERAL DO CONS. ESTADUAL DE EDUCACAO	CCS-06
SUB-CHEFE DO GAB. MILITAR	CC-10   G. M.	SUBCHEFE DO GABINETE MILITAR	CCS-10
SUBSECRETARIO GERAL DO CONS. EST. DE EDUCACAO	CC-04   SEDCIT	SUBSECRETARIO GERAL DO CONS. EST. DE EDUCACAO	CCS-04
VICE-DIRETOR DA PENITENCIARIA DE ARACAJU	CC-05   SEJUS	VICE-DIRETOR DE PENITENCIARIA	CCS-06
VICE-DIRETOR DA PENITENCIARIA DE AREIA BRANCA	CC-05   SEJUS		
VICE-DIRETOR DO PRESIDIO REG. NOSSA SENHORA DA GLORIA	CC-05   SEJUS	VICE-DIRETOR DE PRESIDIO	CCS-05
VICE-DIRETOR DO PRESIDIO REGIONAL TOBIAS BARRETO	CC-05   SEJUS		

*Assinatura*

LEI Nº 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

## ANEXO IV

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
CONSOLIDAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO ESPECIAIS - ANEXO 4.2

FOLHA

09/10

DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Adjunto de Secretário	CNE-3	Adjunto de Secretário de Estado	CCE-07
Assessor Especial	CNE-3	Assessor Especial	CCE-07
Consultor Técnico-Administrativo	CNE-2	Consultor Técnico-Administrativo	CCE-07
Subprocurador Geral do Estado	CNE-3	Subprocurador Geral do Estado	CCE-07
Superintendente da Polícia Civil	CNE-3	Superintendente da Polícia Civil	CCE-07
Comandante Geral da Polícia Militar	CNE-3	Comandante Geral da Polícia Militar	CCE-07
Chefe da Assessoria Técnico-Administrativa	CNE-2	Chefe da Assessoria Técnico-Administrativa	CCE-06
Superintendente de Administração Tributária	CNE-2	Superintendente de Administração Tributária	CCE-06
Superintendente de Programação Econômica e Orçamento	CNE-2	Superintendente de Programação Econômica e Orçamento	CCE-06
Chefe Administrativo de Escritório de Representação do Estado	CNE-2	Chefe Administrativo de Escritório de Representação do Estado	CCE-06
Diretor do Departamento Central de Pessoal	CC-10	Diretor do Departamento Central de Pessoal	CCE-06
Diretor do Departamento Central de Recursos Humanos	CC-10	Diretor do Departamento Central de Seleção e Preparação de Recursos Humanos	CCE-06
Diretor do Departamento Central de Patrimônio do Estado	CC-10	Diretor do Departamento Central de Patrimônio do Estado	CCE-06
Superintendente Adjunto	CCE-02	Adjunto de Superintendente Geral	CCE-06

*Abel*

LEI N° 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

## ANEXO IV

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
CONSOLIDAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO ESPECIAIS - ANEXO 4.2

FOLHA  
10/10

DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Diretor Adjunto	CCE-01	Adjunto de Diretor Geral	CCE-06
Assessor de Comunicação	CCE-02	Assessor de Comunicação	CCE-06
Secretário Geral da Junta Comercial	CNE	Secretário Geral da Junta Comercial	CCE-06
Chefe do Estado Maior da Polícia Militar	CNE-1	Chefe do Estado Maior da Polícia Militar	CCE-05
Assessor Especial	CCE-01	Consultor Técnico	CCE-04
-		Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar	CCE-04
Assessor Administrativo	CNE	Consultor Administrativo I	CCE-03
Assessor Especial I	CCE-3	Consultor Administrativo I	CCE-03
Assessor Especial II	CCE-2	Consultor Administrativo II	CCE-02
Assessor Especial III	CCE-1	Consultor Administrativo III	CCE-01

*cwl*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
LARGO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 01/16  
| DATA  
|

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
ADMINISTRADOR DE ORQUESTRA	FG0-3   FUNDESC	ADMINISTRADOR DE ORQUESTRA	FC0-10
ADMINISTRADOR DE PRACA DE ESPORTES I	FC-08   SEBEST	ADMINISTRADOR DE PRACA DE ESPORTES I	FC0-08
ADMINISTRADOR DE PRACA DE ESPORTES II	FC-07   SEBEST	ADMINISTRADOR DE PRACA DE ESPORTES II	FC0-07
ADMINISTRADOR REGIONAL	FG-03   FUNDESE	ADMINISTRADOR REGIONAL	FC0-10
AJUDANTE DE ORDEM	FC-06   SSP	AJUDANTE DE ORDEM	FC0-06
ASSISTENTE DE COORDENADOR DE POSTO DE EXTENSÃO	FC-04   FEBEM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FC0-09
ASSISTENTE DE GABINETE	FG-02   HOSPITASE		
ASSESSOR CULTURAL	FG-10   FUNDESC	AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO I	FC0-12
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FG-10   FUNDESC		
ASSESSOR TÉCNICO	AT-01   DETRAN		
ASSESSOR TÉCNICO	FG-02   FUNDESE		
ASSESSOR	FG-06   ITPS	AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO II	FC0-10
ASSESSOR	FG-08   FUNDAP		
ASSESSOR	FG-06   FUNDESC		
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	FC-07   FEBEM		
ASSESSOR DE GABINETE	FG-02   SUDAP		
ASSESSOR DE GABINETE	FG-02   IPES		
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO	FG-02   IPES		
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO	FG-02   FUNDASE		
ASSESSOR IMOBILIÁRIO	FG-02   IPES		
ASSESSOR JUNIOR	FC-06   FEBEM		
ASSESSOR JURÍDICO	FG-02   IPES		
ASSESSOR SENIOR	FC-07   FEBEM		
ASSESSOR TÉCNICO DE DIRETORIA	FC-10   DER		
ASSISTENTE DA PRESIDÊNCIA	FG-04   JUCESE		
ASSISTENTE TÉCNICO	FC-10   ADEMA		
DIRETOR DE PROGRAMA	FG-06   FUNDESC		
ASSESSOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	FC-08   SEDCIT	AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO III	FC0-08
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC-08   SEDCIT		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC-08   SEEF		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC-08   SES		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC-08   SEG		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC-08   SEDEM		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC-08   G. C.		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	FC-08   SEAD		
ASSISTENTE DE DIRETOR DO DAF	FC-08   SEDCIT		
ASSISTENTE DE DIRETOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO DR'S	FC-08   SEDCIT		
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FC-08   SAGRI		

*Até*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 02/16

| DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
CHEFE ADMINISTRATIVO DE UNIDADE HOSPITALAR	FC-08   SES	AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO III	FC-08
CHEFE DE EXATORIA ESTADUAL	FC-05   SEEF	CHEFE DA EXATORIA ESTADUAL	FC-09
CHEFE DA PERICIA MÉDICA	FG-01   IPES	CHEFE DA PERICIA MÉDICA	FC-10
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	FG-01   FUNDESE	CHEFE DE ASSESSORIA I	FC-12
CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA	FG-01   FUNDESE		
CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA	FG-09   FUNDESC	CHEFE DE ASSESSORIA II	FC-11
CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FG-01   IPES	CHEFE DE ASSESSORIA III	FC-10
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	FG-01   IPES		
CHEFE DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	FG-01   FUNDASE		
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	FC-01   DEP		
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	FG-01   IPES		
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	FG-01   FUNDASE		
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA	FC-08   FEBEM		
CHEFE DA ASSESSORIA SETORIAL DE PLANEJAMENTO	FC-01   DEP		
CHEFE DE ASSESSORIA	FG-07   ITPS		
CHEFE DE ASSESSORIA	FC-11   DER		
CHEFE DE ASSESSORIA	FG-09   FUNDAP		
CHEFE DE ASSESSORIA TÉCNICA	FC-08   FEBEM		
CHEFE DA CLÍNICA PNEUMOLÓGICA	FG-03   IPES	CHEFE DE CENTRO DE ESPEC. MÉDICO - ODONTOLOGICO	FC-08
CHEFE DO CENTRO DE ESPECIALIDADES CLÍNICAS	FG-03   IPES		
CHEFE DO CENTRO DE FISIOTERAPIA	FG-03   IPES		
CHEFE DO CENTRO ODONTOLOGICO	FG-03   IPES		
CHEFE DO CENTRO RADIOLÓGICO	FG-03   IPES		
REITOR DE CENTRO DE SAÚDE	FC-08   SES		
CHEFE DA CENTRAL DE COLETA	FC-04   IPH	CHEFE DE COORDENAÇÃO	FC-09
COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO SPU	FG-02   IPES		
COORDENADOR CONTABIL FINANCEIRO	FG-02   IPES		
COORDENADOR DA ÁREA MÉDICA	FG-02   IPES		
COORDENADOR DA ÁREA ODONTOLOGICA	FG-02   IPES		
COORDENADOR DA DO PARA SERV DE ATEND AS PREFEITURAS	FC-06   DER		
COORDENADOR DAS UNIDADES DE SAÚDE DA CAPITAL	FG-02   IPES		
COORDENADOR DAS UNIDADES DE SAÚDE DO INTERIOR	FG-02   IPES		
COORDENADOR DE APLICAÇÕES IMOBILIARIAS	FG-02   IPES		
COORDENADOR DE ARRECADACAO E EMPRESTIMOS	FG-02   IPES		
COORDENADOR DE BENEFÍCIOS	FG-02   IPES		
COORDENADOR DE CONTAS MÉDICO-HOSPITALAR	FG-02   IPES		
COORDENADOR DE ENFERMAGEM	FG-02   IPES		
COORDENADOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	FG-02   IPES		
COORDENADOR DE INFORMATICA	FG-02   IPES		

*WAL*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
LAW DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

FOLHA 03/16

DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO	SÍMB.	ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SÍMB.
COORDENADOR DE INTERNAMENTO E SUP HOSPITALAR	FG-02	IPES	CHEFE DE COORDENADORIA	FC0-09
COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMONIO	FG-02	IPES		
COORDENADOR DE POSTO DE EXTENSAO	FC-04	FEBEM		
COORDENADOR DE PROGRAMA	FC-04	FEBEM		
COORDENADOR DE PROGRAMA	FG-05	FUNDESE		
COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS	FG-02	IPES		
COORDENADOR DE SERVICO SOCIAL	FG-02	IPES		
COORDENADOR DE SERVICOS GERAIS	FG-02	IPES		
COORDENADOR DE UNIDADE DE FARMACIA	FG-02	IPES		
COORDENADOR DO CADASTRO E IDENTIFICACAO	FG-02	IPES		
COORDENADOR DOS SERV DE PROGRAMACAO PARA COMPUTADOR	FC-06	DER		
COORDENADOR MEDICO DO SPU	FG-02	IPES		
COORDENADOR REGIONAL	FC-05	FEBEM		
UPERVISOR DE GRUPOS E TAREFAS	FC-03	FEBEM		
CHEFE DA DIVISAO CONTABIL FINANCEIRA	FG-01	IPES	CHEFE DE DIVISAO	FC0-10
CHEFE DA DIVISAO DE ADM GERAL	FG-01	IPES		
CHEFE DA DIVISAO DE ADMINISTRAÇÃO	FG-01	FUNDASE		
CHEFE DA DIVISAO DE APOIO AO ENSINO MUNICIPAL	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE ASSIST HABITACIONAL	FG-01	IPES		
CHEFE DA DIVISAO DE ASSISTENCIA AO EDUCANDO	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE CADASTRO	FG-01	FUNDASE		
CHEFE DA DIVISAO DE CAP. DE PESSOAL DO MAGISTERIO	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE CÁP. E DESENV. DE REC. HUMANOS	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE CARTOGRAFIA	FG-01	FUNDASE		
CHEFE DA DIVISAO DE CONTROLE E AVALIACAO	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE EDUCACAO BASICA	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE EDUCACAO FISICA	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE EDUCACAO SUPLETIVA	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE ENSINO DE 2. GRAU	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE EPIDEMIOLOGIA	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE FINANCIAS	FG-01	FUNDASE		
CHEFE DA DIVISAO DE INSPECACAO ESCOLAR	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE MANUTENCAO E EDIFICACOES	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE MANUTENCAO E EDIFICACOES	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE ORCAMENTO E FINANCAS	FC-10	SEDCIT		
CHEFE DA DIVISAO DE ORCAMENTO E FINANCAS	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE ORGANIZACAO SISTEMA E METODOS	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE PESSOAL	FC-10	SES		
CHEFE DA DIVISAO DE PREVIDENCIA	FG-01	IPES		
CHEFE DA DIVISAO DE REDISTRIBUICAO DE TERRAS	FG-01	FUNDASE		
CHEFE DA DIVISAO DE REGULARIZACAO FUNDIARIA	FG-01	FUNDASE		
CHEFE DA DIVISAO DE SAUDE	FG-01	IPES		
CHEFE DA DIVISAO DE SERVICOS AUXILIARES	FC-10	SEDCIT		

*aral*

60

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
LARGO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 04/16

| DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO	SÍMB.	ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SÍMB.	
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES	FC-10	SES	CHEFE DE DIVISÃO	FC-10	
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE	FC-10	SES			
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE ORAL	FC-10	SES			
CHEFE DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	FC-10	SES			
CHEFE DA DIVISÃO TÉCNICA AUXILIAR	FC-10	SES			
CHEFE DA SEÇÃO DE ARQUIVO	FG-02	JUCESE			
CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO	FG-02	JUCESE			
CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO DE PESSOAL CELETISTA	FC-07	SEAD			
CHEFE DA SEÇÃO DE CADASTRO DE PESSOAL ESTATUTÁRIO	FC-07	SEAD			
CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE CONSIGNAÇÕES	FC-07	SEAD			
CHEFE DA SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	FG-02	JUCESE			
CHEFE DA SEÇÃO DE ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE	FG-02	JUCESE			
CHEFE DA SEÇÃO DE PAGAMENTO DE P. DA CAPITAL	FC-07	SEAD			
CHEFE DA SEÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL DO INTERIOR	FC-07	SEAD			
CHEFE DA SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE FGTS	FC-06	SEAD			
CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	FG-02	JUCESE			
CHEFE DA SEÇÃO DE REGISTRO DO COMÉRCIO	FG-02	JUCESE			
CHEFE DA SEÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES	FG-02	JUCESE			
CHEFE DE COORDENADORIA	FC-09	DER			
CHEFE DE COORDENADORIA	FG-08	FUNDAP			
CHEFE DE DEPARTAMENTO	FG-09	FUNDAP			
CHEFE DE DIVISÃO	FC-10	SEEF			
CHEFE DE DIVISÃO	FC-10	SEBEST			
CHEFE DE DIVISÃO	FC-10	SEDEM			
CHEFE DE DIVISÃO	FC-02	ADEMA			
CHEFE DE DIVISÃO	FC-10	DER			
CHEFE DE DIVISÃO	FG-03	FUNDESE			
CHEFE DE DIVISÃO	FG-04	HOSPITASE			
CHEFE DE DIVISÃO	FC-06	FEBEM			
CHEFE DE DIVISÃO	FG-06	FUNDESC			
CHEFE DE DIVISÃO DE PESSOAL	FC-10	SEDCIT			
CHEFE DE EQUIPE	FC-08	SEEF	CHEFE DE EQUIPE	FC-08	
CHEFE DE EQUIPE	FC-08	AGE			
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA DE ENFERMAGEM (HAM)	FGS-1	HOSPITASE			
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA MÉDICA (HAM)	FGS-1	HOSPITASE			
CHEFE DE SETOR	FC-01	ADEMA			
CHEFE DE SETOR	FG-04	SUDAP			
CHEFE DE SETOR DA TESOURARIA	FG-03	IPES			
CHEFE DE SUBCOORDENADORIA	FC-03	IPH			
CHEFE DE LABORATÓRIO	FG-01	HEMOSE	CHEFE DE LABORATÓRIO - FC-01	FC-09	
CHEFE DE LABORATÓRIO	FC-04	IPH			
CHEFE DE LABORATÓRIO	FG-05	ITPS			
DIRETOR DE MÓDULO BÁSICO MUNICIPAL DE SAÚDE	FC-08	SES	CHEFE DE MÓDULO BÁSICO MUNICIPAL DE SAÚDE	FC-08	

*awal*

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 05/16

| DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
CHEFE DE NAIPÉ	FG0-1   FUNDESC	CHEFE DE NAIPÉ	FC0-07
CHEFE DE NÚCLEO	FC-10   SEDEM	CHEFE DE NÚCLEO	FC0-10
CHEFE DE NÚCLEO	FC-10   DER		
CHEFE DE NÚCLEO	FG-02   FUNDASE		
CHEFE DE NÚCLEO	FG-04   FUNDESE		
CHEFE DE NÚCLEO DE DESENV. INST. E INF. GERENCIAIS	FC-10   SES		
CHEFE DE NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	FC-10   SEDCIT		
CHEFE DE NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTAT. E GERÊNCIAS	FC-10   SEDCIT		
CHEFE DE NÚCLEO DE PLANEJ. DE SISTEMA DE SAÚDE	FC-10   SES		
CHEFE DE NÚCLEO DE PLANEJ. ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS	FC-10   SES		
CHEFE DE NÚCLEO DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO	FC-10   SEDCIT		
CHEFE DE NÚCLEO DE PROGRAMAS E PROFISSÕES ESPECIAIS	FC-10   SES		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE A. E ACOMP. DE P. ESPECIAIS	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE CONTABILIDADE	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO DE INFORMÁTICA	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO DE NORMATIZAÇÃO	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE OBRAS DA CAPITAL ZONA 1	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO DE OBRAS DA CAPITAL ZONA 2	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO DE OBRAS DA CAPITAL ZONA 3	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE OBRAS REGIONAIS ZONA 1	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE OBRAS REGIONAIS ZONA 2	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE OBRAS REGIONAIS ZONA 3	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE OBRAS REGIONAIS ZONA 4	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE ORÇAMENTAÇÃO	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO DE ORÇAMENTO E PROGRAMA	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO DE PROC. DE DADOS	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO DE PROJETOS	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO DE RESTAURAÇÃO	FC-02   DEP		
ORDENADOR DO NÚCLEO ESP. DE ACOMP. ORC. E FINANCEIRO	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO FINANCEIRO	FC-02   DEP		
COORDENADOR DO NÚCLEO JURÍDICO	FC-02   DEP		
CHEFE DE POSTO DE ARRECADAÇÃO	FC-05   SEEF	CHEFE DE POSTO DE ARRECADAÇÃO	FC0-07
CHEFE DE POSTO FISCAL	FC-05   SEEF	CHEFE DE POSTO FISCAL	FC0-07
CHEFE DE RESIDÊNCIA	FC-11   DER	CHEFE DE RESIDÊNCIA	FC0-10
CHEFE DA SECÃO DE ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO	FC-09   SES	CHEFE DA SECÃO	FC0-09
CHEFE DA SECÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	FG-03   FUNDASE		
CHEFE DA SECÃO DE CONTR. E P. DAS D. EPIDEMIOLÓGICAS	FC-09   SES		
CHEFE DA SECÃO DE CONTROLE DO PESSOAL DO SUDS	FC-09   SES		
CHEFE DA SECÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FG-03   FUNDASE		
CHEFE DA SECÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	FC-03   DEP		
CHEFE DA SECÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	FG-03   FUNDASE		

*curral*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 06/16  
|  
| DATA  
|

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
CHEFE DA SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE	FC-09   SES	CHEFE DA SEÇÃO	FC-09
CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL	FC-06   SEAD		
CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL	FC-07   SSP		
CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL	FC-03   DEP		
CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL	FG-03   FUNDASE		
CHEFE DA SEÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES	FC-03   DEP		
CHEFE DA SEÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES	FG-03   FUNDASE		
CHEFE DA SEÇÃO DE TESOURARIA	FC-03   DEP		
CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTES	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DA SEÇÃO DO SERVIÇO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	FC-09   SES		
CHEFE DA SEÇÃO FINANCEIRA	FC-06   SEAD		
CHEFE DA SEÇÃO FINANCEIRA I	FC-07   SSP		
CHEFE DA SEÇÃO ORÇAMENTÁRIA I	FC-07   SEG		
CHEFE DE ESCRITÓRIO	FG-03   FUNDASE		
CHEFE DE SEÇÃO	FC-09   SEEF		
CHEFE DE SEÇÃO	FC-09   SEBEST		
CHEFE DE SEÇÃO	FC-09   SEDEM		
CHEFE DE SEÇÃO	FG-03   SUOAP		
CHEFE DE SEÇÃO	FG-04   ITPS		
CHEFE DE SEÇÃO		FC-09	
CHEFE DE SEÇÃO	FG-03   FUNDESC		
CHEFE DE SEÇÃO	FG-03   HOSPITASE		
CHEFE DE SEÇÃO	FG-05   FUNDESE		
CHEFE DE SEÇÃO	FC-04   FEBEM		
CHEFE DE SEÇÃO DE 1. GRAU	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE 2. GRAU	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E FARMÁCIA	FC-09   SES		
CHEFE DE SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE CONTROLE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE CONVENIO E APOIO AO EDUCANDO	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE EDUCACAO PRE-ESCOLAR	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE EXAMES	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE MANUTENÇÃO	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE MATERIAL	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E NORMAS	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE PATRIMÔNIO MÓVEL	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE PROG.E AVAL. DA DIV. DE SAÚDE ORAL	FC-09   SES		
CHEFE DE SEÇÃO DE PROGRAMAS BÁSICOS DE SAÚDE	FC-09   SES		
CHEFE DE SEÇÃO DE PROTOCOLO	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE REGISTRO DE PAGAMENTO	FC-09   SES		
CHEFE DE SEÇÃO DE REGISTRO E ANÁLISE TÉCNICA	FC-09   SES		
CHEFE DE SEÇÃO DE REPROGRAFIA	FC-09   SEDCIT		
CHEFE DE SEÇÃO DE SERVIÇO DE PROTOCOLO E ARQUIVO	FC-09   SES		

*Assinatura*

63

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 07/16  
| DATA  
|

SITUAÇÃO ANTERIOR

SITUAÇÃO NOVA

DENOMINAÇÃO	SÍMB.	ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SÍMB.
CHEFE DE SEÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FC-09	SES	CHEFE DE SEÇÃO	FC-09
CHEFE DE SEÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS	FC-09	SES		
CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTE	FG-03	FUNDASE		
CHEFE DE SEÇÃO DE ZELADORIA	FC-09	SEDCIT		
GENTE COMPRADOR	FC-06	DER	CHEFE DE SERVICO	FC-09
GENTE PAGADOR	FC-06	DER		
CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	FG-05	DETTRAN		
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE	FG-05	DETTRAN		
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DE VEÍCULOS E CONDUTORES	FG-05	DETTRAN		
CHEFE DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FG-05	DETTRAN		
CHEFE DA DIVISÃO DE FISCAL DE TRÂNSITO	FG-05	DETTRAN		
CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	FG-05	DETTRAN		
CHEFE DE SERVICO	FC-09	DER		
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA ADMINISTRATIVA (HJAF)	FGS-2	HOSPITASE		
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA ADMINISTRATIVA (HPM)	FGS02	HOSPITASE		
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA DE ENFERMAGEM (HJAF)	FGS-1	HOSPITASE		
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA DE ENFERMAGEM (HPM)	FGS01	HOSPITASE		
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA MÉDICA (HJAF)	FGS-1	HOSPITASE		
CHEFE DE SERVICO DA ÁREA MÉDICA (HPM)	FGS01	HOSPITASE		
CHEFE DE SERVICO DE ÁREA TEC. AUXILIAR (HJAF)	FGS-1	HOSPITASE		
CHEFE DE SERVICO TÉCNICO DA UNIDADE DE ITABAIANA	FG-02	IPES		
CHEFE DE SERVICO TÉCNICO DE COPOCITOLOGIA	FG-02	IPES		
CHEFE DE SERVICO TÉCNICO DE ELETRODIAGNÓSTICO	FG-02	IPES		
CHEFE DE SERVICO TÉCNICO DE RADIOLÓGIA	FG-02	IPES		
CHEFE DE SERVICOS ESPECIAIS	FC-09	DER		
CHEFE DE SETOR	FG-07	FUNDAP		
CHEFE DE SETOR	FG-02	FUNDESC		
CHEFE DO SERV DE SECRETARIA DO CONSELHO RODOVIARIO	FC-09	DER		
CHEFE DO SERVICO TÉCNICO DE FISIATRIA	FG-02	IPES		
CHEFE DO SETOR DE ABASTECIMENTO E LUBRIFICACAO	FC-07	DER		
COORDENADOR DO SERVICO JURIDICO	FG-05	DETTRAN		
ORDENADOR DO SERVICO MEDICO	FG-05	DETTRAN		
ENCARREGADO DE SERVICO I	FG-07	FUNDESE		
ENCARREGADO DE SERVICO V	FG-05	FUNDAP		
NCARREGADOS DE SERVICO VI	FG-06	FUNDAP		
NCARREGADOS DE SERVICOS II	FG-08	FUNDESE		
RESPONSAVEL PELA ADM DE TERMINAIS RODOVIARIOS I	FC-07	DER		
RESPONSAVEL PELA ADM DE TERMINAIS RODOVIARIOS II	FC-06	DER		
ESPONSAVEL PELA BIBLIOTECA DO DER	FC-06	DER		
SUPERVISOR DA USINA DE ASFALTO	FC-06	DER		
HEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA DO SERVICO MEDICO	FC-06	SEAD	CHEFE DE SETOR	FC-06
HEFE DA SEÇÃO DE ARQUIVO GERAL	FC-06	SEAD		
CHEFE DA SEÇÃO DE CUSTODIA DE MENORES	FC-05	SSP		
HEFE DA SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO	FC-06	SEAD		

*Arte*

LEI N. 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
'NEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 08/16  
|  
| DATA  
|

## SITUAÇÃO ANTERIOR

## SITUAÇÃO NOVA

## DENOMINAÇÃO

## | SIMB. | ORIGEM |

## DENOMINAÇÃO

## | SIMB.

CHEFE DA SECAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	FC-06   SEAD	CHEFE DE SETOR	FC0-06
CHEFE DA SECAO DE SERVICOS GERAIS	FC-06   SEAD		
CHEFE DA SECAO DE TRANSPORTES	FC-06   SEAD		
CHEFE DE SECAO FINANCEIRA	FC-06   SEJUS		
CHEFE DE SECAO PESSOAL	FC-06   SEJUS		
CHEFE DE SETOR	FG-02   ITPS		
CHEFE DO SETOR DE DOCUMENTACAO E REVISAO	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE EXAMES	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE EXPEDICAO E ARQUIVO MEDICO	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE LAUDOS	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE MATERIAL PATR. E SERV AUXILIARES	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE PESSOAL	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE PROTOCOLO	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE REGI. EXP. E CONTRL DE HABILITACAO	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR DE REGISTRO E VISTORIA DE VEICULOS	FG-02   DETRAN		
CHEFE DO SETOR FINANCEIRO E ORCAMENTARIO	FG-02   DETRAN		
CHEFE SECAO ADM CONSELHO PENITENCIARIO	FC-06   SEJUS		
CHEFE SECAO ADMINISTRATIVA PEA	FC-06   SEJUS		
CHEFE SECAO DE FINANCAS MATERIAL E PATRIMONIO	FC-06   SEHABS		
CHEFE SECAO DE MATERIAL E PATRIMONIO	FC-06   SEJUS		
CHEFE SECAO DE PESSOAL E SERVICOS AUXILIARES	FC-06   SEHABS		
CHEFE SECAO DE SEGURANCA DA PEA	FC-06   SEJUS		
CHEFE SECAO SEGURANCA PEAB	FC-06   SEJUS		
CHEFE SECAO SERVICOS AUXILIARES	FC-06   SEJUS		
ENCAR. DA FARMACIA	FG-05   IPES		
NCAR. DA PORTARIA DA SEDE	FG-05   IPES		
NCAR. DE SERV. DO ALM. DO CENTRO DE ESPECIALIDADES	FG-05   IPES		
ENCAR. DE SERV. DO ARQ. DA COORD DE REC HUMANOS	FG-05   IPES		
NCAR. DE SERV. DO ARQ. DO SETOR DE LANCAMENTOS	FG-05   IPES		
NCAR. DE SERV. DO ARQ. MORTO	FG-05   IPES		
ENCAR. DE SERV. DO ARQ.DA COORD.DE C.E IDENTIFICACAO	FG-05   IPES		
ENCAR. DE SERV. DO DESPACHO DO ALM. CENTRAL	FG-05   IPES		
NCAR. DE SERVICO DA MANUTENCAO DE RAIOS X	FG-05   IPES		
ENCAR. DE SERVICO III	FC-03   DER		
ENCAR. DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-06   SEDCIT		
NCAR. DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-06   SEAD		
NCAR. DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-06   SEG		
ENCAR. DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-06   SEEF		
NCAR. DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-06   SETOPE		
NCAR. DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-06   SAGRI		
ENCAR. DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-06   SES		
HEFE DA SECAO DE APURACAO E INFRACAO	FG-03   DETRAN	CHEFE DE SUBCOORDENADORIA	FC0-08
HEFE DA SECAO DE CADASTRO DO PATRIMONIO MOVEL	FC-07   SEAD		
CHEFE DA SECAO DE CONT. E MOV. DO PATRIMONIO MOVEL	FC-07   SEAD		
HEFE DA SECAO DE ENG AVALIACAO E FISC DO PATR IMOVEL	FC-07   SEAD		

*Whele*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
ANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
EXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 09/16  
| DATA  
|

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO	SIMB.	ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
CHEFE DA SECAO DE EXAMES MEDICO PERICIAIS	FG-03	DETRAN	CHEFE DE SUBCOORDENADORIA	FC0-08
CHEFE DA SECAO DE EXPEDIENTE I	FC-07	SEG		
CHEFE DA SECAO DE HABILITACAO	FG-03	DETRAN		
CHEFE DA SECAO DE IDENT. REG. E CONTR. DO PATR IMOVEL	FC-07	SEAD		
CHEFE DA SECAO DE MATERIAL E PATRIMONIO MOVEL	FC-07	SSP		
CHEFE DA SECAO DE MATERIAL E PATRIMONIO MOVEL I	FC-07	SEG		
CHEFE DA SECAO DE PESSOAL I	FC-07	SEG		
CHEFE DA SECAO DE REGISTRO GERAL	FG-03	DETRAN		
CHEFE DA SECAO DE SINALIZACAO DE TRANSITO	FG-03	DETRAN		
CHEFE DE COORDENADORIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	FC-08	SEDCIT		
CHEFE DE ENFERMAGEM DO SPU	FG-03	IPES		
CHEFE DE SERVICO DA AREA ADMINISTRATIVA (HAM)	FGS-2	HOSPITASE		
CHEFE DE TESOURARIA	FG-03	ITPS		
CHEFE DO SERVICO DE EMPENHO E CONTROLE ORCAMENTARIO	FG-03	IPES		
CHEFE DO SETOR DE CADASTRO E ARQUIVO TECNICO	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE COMPOSICAO DE PRECOS	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE COMPRAS E ABASTECIMENTO	FG-03	IPES		
CHEFE DO SETOR DE DESENHO	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE DESENHO E CAD. DE MON. HISTORICOS	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE DESENHOS E PROJETOS ESPECIAIS	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE DETALHAMENTO	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE EMERGENCIA E REPAROS	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE ESPECIFICACAO	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE LEVANTAMENTO	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE ORCAMENTO	FC-04	DEP		
CHEFE DO SETOR DE PESSOAL	FG-03	IPES		
CHEFE DO SETOR DE PROTOCOLO E ARQUIVO	FG-03	IPES		
CHEFE DO SETOR DE RECEITA E FISCALIZACAO	FG-03	IPES		
CHEFE DO SETOR DE SERVICOS AUXILIARES	FG-03	IPES		
CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTES	FG-03	IPES		
CHEFE DOS PLANOS ASSITENCIAIS	FG-03	IPES		
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	FC-08	SES		
COORDENADOR DE NUCLEO	FC-08	SAGRI		
COORDENADOR DE SERVICO BASICO DE SAUDE	FC-08	SES		
COORDENADOR DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	FC-08	SES		
COORDENADOR DE VIGILANCIA SANITARIA	FC-08	SES		
ENCARREGADO DE SERVICO I	FC-05	DER		
ENCARREGADO DE TURNO (HJAF)	FGS-4	HOSPITASE		
ENCARREGADOS DE SERVICOS IV	FG-04	FUNDAP		
CHEFE DA SECAO ADMINISTRATIVA DO IML	FC-07	SSP	CHEFE DE UNIDADE DE SERVICO	FC0-07
CHEFE DE SECAO	FC-02	IPH		
CHEFE DE UNIDADE REGIONAL DE SAUDE DO INTERIOR	FG-04	IPES		
ENCARREGADO DE FISCALIZACAO	FG-04	IPES		
ENCARREGADO DE OPERACOES CONTABEIS	FC-05	DEP		
ENCARREGADO DE REGISTROS FUNCIONAIS	FC-05	DEP		

*anual*

LEI N. 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALARIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

FOLHA 10/16  
DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO
ENCARREGADO DE SERVICO	FG-05 : SUDAP	CHEFE DE UNIDADE DE SERVICO	FC0-07
ENCARREGADO DE SERVICO	FG-01 : FUNDESC		
ENCARREGADO DE SERVICO II	FC-04 : DER		
ENCARREGADO DE SERVICOS ESPECIAIS I	FC-07 : SEEF		
ENCARREGADO DE SERVICOS ESPECIAIS I	FC-07 : SEDCIT		
ENCARREGADO DE SERVICOS ESPECIAIS I	FC-07 : SEG		
ENCARREGADO DO CONTROLE DE VEICULOS	FC-05 : DEP		
ENCARREGADO DO CONTROLE FINANCEIRO E ORCAMENTARIO	FC-05 : DEP		
ENCARREGADO DO SERVICO DE IDENTIFICACAO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE ALMOXARIFADO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE ANALISE E CONTRATOS	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE APOSENTADORIA	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE CADASTRO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE ELETRODIAGNOSTICO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE EMPENHO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE EMPRESTIMOS	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE ESCRITURACAO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE EST., PROJ. E FISCALIZACAO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE MANUTENCAO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE PENSOES	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE TESOURARIA	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DO FUN. GARANTIA E LIBERACAO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADOS DE SERVICOS III	FG-03 : FUNDAP		
ENCARREGADO DO SERVICO DE LANCAMENTO	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE ORIENTACAO HABITACIONAL	FG-04 : IPES		
ENCARREGADO DO SERVICO DE REVISAO DE CONTAS	FG-04 : IPES		
CHEFE DO CARTORIO DA JUNTA ADM DE REC. DE INFRACAO	FG-03 : DETRAN	CHEFE DO CARTORIO DA JARI	FC0-08
CHEFE DO PRESIDIO FEMININO	FG-04 : SEJUS		
CONCERTINO	FG-02 : FUNDESC	CONCERTINO	FC0-09
MOTORISTA DO PRESIDENTE	FG-04 : IPES	CONDUTOR DE VEICULOS ESPECIAIS I	FC0-10
MOTORISTA	FG-01 : JUCESE	CONDUTOR DE VEICULOS ESPECIAIS II	FC0-09
MOTORISTA DA DIRETORIA EXECUTIVA	FC-03 : FEBEM		
MOTORISTA DO PRESIDENTE	FG-06 : FUNDESE		
MOTORISTA DE GABINETE	FG-04 : FUNDASE	CONDUTOR DE VEICULOS ESPECIAIS III	FC0-08
MOTORISTA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	FG-05 : IPES		
MOTORISTA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA	FG-05 : IPES		
MOTORISTA DO DEPARTAMENTO DE PREVIDENCIA	FG-05 : IPES		
MOTORISTA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO	FG-05 : IPES		
MOTORISTA DO DIRETOR GERAL	FG-06 : DEP		
PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	FC-06 : SEEF	COORDENADOR DE PROGRAMA	FC0-06

*anotação*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
NEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 11/16  
| DATA  
|

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO	SIMB.	ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
DIRETOR DE ESTABELECIMENTO CULTURAL I	FG-07	FUNDESC	DIRETOR DE ESTABELECIMENTO CULTURAL I	FC0-11
DIRETOR DE ESTABELECIMENTO CULTURAL II	FG-05	FUNDESC	DIRETOR DE ESTABELECIMENTO CULTURAL II	FC0-10
DIRETOR DO CENTRO DE CRIATIVIDADE	FG-08	FUNDESC	DIRETOR DO CENTRO DE CRIATIVIDADE	FC0-11
CHEFE DA SUBCOORDENADORIA CONTABIL E FINANCEIRA	FG-03	HEMOSE	ENCARREGADO DE SERVICO I	FC0-04
CHEFE DA SUBCOORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMONIO	FG-03	HEMOSE		
CHEFE DA SUBCOORDENADORIA DE PESSOAL	FG-03	HEMOSE		
CHEFE DA SUBCOORDENADORIA DE SERVICOS AUXILIARES	FG-03	HEMOSE		
CHEFE DE EQUIPE DE SEGURANÇA INTERNA	FC-04	SEJUS		
CHEFE DE SETOR	FC-01	IPH		
CHEFE DO MANICOMICO JUDICIARIO	FC-04	SEJUS		
CHEFE DO SETOR DE ALMOXARIFADO	FC-04	SEG		
CHEFE DO SETOR DE ALMOXARIFADO	FC-04	SEJUS		
CHEFE DO SETOR DE ANATOMIA PATHOLOGICA	FC-04	SSP		
CHEFE DO SETOR DE LAUDOS	FC-04	SSP		
CHEFE DO SETOR DE NUTRICAO	FC-04	SEJUS		
CHEFE DO SETOR DE OBITOS	FC-04	SSP		
CHEFE DO SETOR DE SERVICOS GERAIS PEAB	FC-04	SEJUS		
CHEFE DO SETOR DE TRANSPORTES	FC-04	SEJUS		
CHEFE DO SETOR NUTRICAO PEAB	FC-04	SEJUS		
CHEFE DO SETOR SERVICOS GERAIS	FC-04	SEJUS		
ENCARREGADO DE ALMOXARIFADO	FC-04	SSP		
ENCARREGADO DE SERVICO	FC-04	SEBEST		
ENCARREGADO DE SERVICO I	FC-04	SEJUS		
ENCARREGADO DE SERVICO IV	FC-02	DER		
ENCARREGADO DE SERVICOS	FG-01	ITPS		
ENCARREGADO DE SERVICOS	FG-01	DETRAN		
ENCARREGADO DE SERVICOS AUXILIARES	FG-01	JUCESE		
ENCARREGADO DE SERVICOS I	FC-04	SEDCIT		
ENCARREGADO DE SERVICOS I	FC-04	SEAD		
ENCARREGADO DE SERVICOS I	FC-04	SEDEM		
ENCARREGADO DE SERVICOS I	FC-04	SEG		
ENCARREGADO DO SETOR DE LICITACAO	FC-04	SSP		
CHEFE DA SUBCOR. DE CENTRAL DE SANGUE E DERIVADOS	FG-02	HEMOSE	ENCARREGADO DE SERVICO II	FC0-03
CHEFE DE SERVICO	FC-03	SSP		
CHEFE DO SETOR DE CAPTURAS	FC-03	SSP		
ENCARREGADO DA BIBLIOTECA	FC-03	SEG		
ENCARREGADO DE ARQUIVO	FC-03	SSP		
ENCARREGADO DE PLANTAO DO IML	FC-03	SSP		
ENCARREGADO DE PORTARIA I	FC-03	SEEF		
ENCARREGADO DE SERVICO II	FC-03	SEJUS		
ENCARREGADO DE SERVICOS II	FC-03	SEDCIT		
ENCARREGADO DE SERVICOS II	FC-03	SEAD		

*Avail.*

LEI N. 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

68

GOVERNO DE SERGipe  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO  
LAW DE CARGOS, FUNCOES E VENCIMENTOS OU SALARIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDACAO DE FUNCOES DE CONFIANCA GERAIS

| FOLHA 12/16  
| DATA

SITUACAO ANTERIOR		SITUACAO NOVA		
DENOMINACAO	SIMB.	ORIGEM	DENOMINACAO	SIMB.
ENCARREGADO DE SERVICOS II	FC-03	SEG	ENCARREGADO DE SERVICO II	FC-03
ENCARREGADO DE SERVICOS II	FC-03	SEEF		
ENCARREGADO DE SERVICOS II	FC-03	SEDEM		
ENCARREGADO DE SERVICOS II	FC-03	SETOPE		
ENCARREGADO DO PATRIMONIO	FC-03	SEG		
ENCARREGADO DO SETOR DE FOTOGRAFIA	FC-03	SSP		
ENCARREGADO DO SETOR DE RAIOS X	FC-03	SSP		
ENCARREGADOS DE SERVICOS I	FG-01	FUNDAP		
ENCARREGADO DE SERVICO V	FC-01	DER	ENCARREGADO DE SERVICO III	FC-02
ENCARREGADO DE SERVICOS III	FC-02	SEDCIT		
ENCARREGADO DE SERVICOS III	FC-02	SSP		
ENCARREGADO DE SERVICOS III	FC-02	SEG		
AUXILIAR DE SERVICOS ESPECIAIS I	FC-05	SEDCIT	ENCARREGADO DE SERVICOS ESPECIAIS	FC-05
AUXILIAR DE SERVICOS ESPECIAIS II	FC-05	SEAD		
CHEFE DA SECAO DE ARQUIVO E TOMADA DE IMP. DIGITAIS	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE CLASSIF. E PESQUISAS	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE CRIME C. O PATR. DATIL.E RET.FALADO	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE CRIMES CONTRA A VIDA E ENG. FORENSE	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE CUSTODIA DE PRESOS	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE DATILOSCOPIA	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE DOC. E CIENCIAS CONTABEIS	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE EXPEDICAO DE DOCUMENTOS	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE FISC. DE ARMAS E P. CONTROLADOS	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE IDENTIFICACAO	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE LABORATORIO CLINICO	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE LABORATORIO TECNICO	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE MANUTENCAO	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE PREV. FISC. E REP. DE ENTORPECENTES	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE ROUBOS E FURTOS	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE SERVICOS AUXILIARES I	FC-05	SSP		
CHEFE DA SECAO DE VISTORIA EM VEICULOS	FC-05	SSP		
CHEFE DE CARTORIO POLICIAL	FC-05	SSP		
CHEFE DE COORD. DOS SERVICOS DO INTERIOR	FC-05	SSP		
CHEFE DE SECAO RECEPCAO E TRIAGEM PEAB	FC-05	SEJUS		
CHEFE DO PROC. DE IDENT. E PESQ. CRIMINAIS	FC-05	SSP		
CHEFE SECAO ADMINISTRATIVA	FC-05	SEJUS		
CHEFE SECAO ADMINISTRATIVA PEAB	FC-05	SEJUS		
CHEFE SECAO ENFERMAGEM PEAB	FC-05	SEJUS		
CHEFE SECAO LABORTERAPIA	FC-05	SEJUS		
CHEFE SECAO LABORTERAPIA E ENFER. DA PEAB	FC-05	SEJUS		
CHEFE SECAO RECEPCAO E TRIAGEM	FC-05	SEJUS		
COZINHEIRA CHEFE	FC-02	G. C.		
ENCARREGADOS DE SERVICOS II	FG-02	FUNDAP		
GOVERNANTA - CHEFE	FC-03	G. C.		

*unbal*

LEI N. 2.804  
DE 22 DE JULHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 13/16

| DATA

|

SITUAÇÃO ANTERIOR

SITUAÇÃO NOVA

DENOMINAÇÃO

| SIMB. | ORIGEM

DENOMINAÇÃO

| SIMB.

OPERADOR DE COMPUTADOR	FC-04   SEEF	ENCARREGADO DE SERVIÇOS ESPECIAIS	FC0-05
OPERADOR DE MAQ DE CONTABILIDADE	FG-06   IPES		
ENCARREGADO DE CADASTRO DE PESSOAL	FC-01   SSP	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	FC0-01
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	FC-01   SEG		
GERENTE	FG-02   SUDAP	GERENTE	FC0-10
GERENTE	FC-08   DER		
GERENTE DE PROJETO	FG-06   ITPS		
GERENTE DE PROGRAMA	FC-08   SEJUS	GERENTE DE PROGRAMA	FC0-08
PERITO MÉDICO	FG-02   IPES	PERITO MÉDICO	FC0-09
REGENTE ASSISTENTE	FG-04   FUNDESC	REGENTE ASSISTENTE	FC0-10
REGENTE TITULAR	FG-05   FUNDESC	REGENTE TITULAR	FC0-12
SECRETARIA	FG-02   JUCESE	SECRETARIO I	FC0-09
SECRETARIA	FC-03   FEBEM		
SECRETARIA	FG-05   FUNDESE		
SECRETARIA	FG-06   FUNDAP		
SECRETARIA (HJAF)	FGS-3   HOSPITASE		
SECRETARIA DA DIRETORIA TÉCNICA	FG-03   FUNDASE		
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	FG-03   FUNDASE		
SECRETARIA DAS ASSESSORIAS DO DIRETOR GERAL	FC-07   DER		
SECRETARIA DAS DIRETORIAS E ASSESSORIAS	FG-02   ITPS		
SECRETARIA DE DIRETOR	FG-01   HOSPITASE		
SECRETARIA DE DIRETOR DE DIRETORIA	FC-08   DER		
SECRETARIA DE DIRETOR PRESIDENTE	FG-02   HOSPITASE		
SECRETARIA DE DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	FG-03   FUNDASE		
SECRETARIA DO PRESIDENTE	FG-02   IPES		
SECRETARIA I	FC-06   SEAD		
SECRETARIO	FG-02   FUNDESC		
SECRETARIO DA PRESIDÊNCIA	FG-04   FUNDESC		
SECRETARIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	FG-02   HOSPITASE		
SECRETARIO II	FC-05   SEAD		
SECRETARIO III	FC-04   SEAD		
SECRETARIA	FC-01   ADEMA	SECRETARIO II	FC0-08
SECRETARIA (HPM)	FGS-3   HOSPITASE		
SECRETARIA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	FG-03   IPES		
SECRETARIA DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	FG-03   IPES		
SECRETARIA DA ASSESSORIA JURÍDICA	FG-03   IPES		
SECRETARIA DA PERICIA MÉDICA	FG-03   IPES		
SECRETARIA DE Gabinete	FG-04   SUDAP		

*Wal*

LEI N.º 2804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

70

VERNO DE SERGipe  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO  
PLANO DE CARGOS, FUNCOES E VENCIMENTOS OU SALARIOS  
ANEXO 5.1 - CONSOLIDACAO DE FUNCOES DE CONFIANCA GERAIS

FOLHA 14/16  
DATA

SITUACAO ANTERIOR		SITUACAO NOVA	
DENOMINACAO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINACAO	SIMB.
SECRETARIA DO DAG	FG-03   IPES	SECRETARIO II	FCO-08
SECRETARIA DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	FG-03   IPES		
SECRETARIA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA	FG-03   IPES		
SECRETARIA DO DEPARTAMENTO DE PREVIDENCIA	FG-03   IPES		
SECRETARIA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO	FG-03   IPES		
SECRETARIA DO DIRETOR ADMINISTRATIVO	FG-03   DETRAN		
SECRETARIA DO DIRETOR DE OPERACOES	FG-03   DETRAN		
SECRETARIA DO DIRETOR FINANCEIRO	FG-03   DETRAN		
SECRETARIA DO DIRETOR GERAL	FG-03   DETRAN		
SECRETARIA DO DIRETOR GERAL	FC-04   DEP		
SECRETARIO DO CHEFE DE GABINETE	FG-03   IPES		
SECRETARIA (HAM)	FGS-2   HOSPITASE	SECRETARIO III	FCO-07
SECRETARIA DA ASPLAN	FC-05   DEP		
SECRETARIA DA ASSESSORIA JURIDICA	FC-05   DEP		
SECRETARIA DA CLINICA PNEUMOLOGICA	FG-04   IPES		
SECRETARIA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	FC-05   DEP		
SECRETARIA DA DIVISAO CONTABIL-FINANCEIRA	FG-04   IPES		
SECRETARIA DA DIVISAO DE ADMINISTRACAO	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DA DIVISAO DE ASSISTENCIA HABITACIONAL	FG-04   IPES		
SECRETARIA DA DIVISAO DE CADASTRO	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DA DIVISAO DE CARTOGRAFIA	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DA DIVISAO DE FINANCAS	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DA DIVISAO DE OBRAS	FC-05   DEP		
SECRETARIA DA DIVISAO DE PREVIDENCIA	FG-04   IPES		
SECRETARIA DA DIVISAO DE PROJETOS	FC-05   DEP		
SECRETARIA DA DIVISAO DE REDISTRIBUICAO DE TERRAS	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DA DIVISAO DE REGULARIZACAO FUNDIARIA	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DA DIVISAO DE SAUDE	FG-04   IPES		
SECRETARIA DA PRESIDENCIA	FG-03   ITPS		
SECRETARIA DE ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DE ASSESSORIA JURIDICA	FG-04   FUNDASE		
SECRETARIA DE DIVISAO	FG-05   SUDAP		
SECRETARIA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES	FG-04   IPES		
SECRETARIA DO CENTRO DE FISIATRIA	FG-04   IPES		
SECRETARIA DO CENTRO ODONTOLOGICO	FG-04   IPES		
SECRETARIA DO CENTRO RADIOLÓGICO	FG-04   IPES		
SECRETARIA DO GABINETE DO DIRETOR GERAL	FC-05   DEP		
SECRETARIA DO SPU	FG-04   IPES		
SECRETARIA DOS PLANOS SOCIAIS	FG-04   IPES		
SECRETARIA	FC-05   SAGRI		
SECRETARIA DA COORDENACAO DE CAD. E IDENTIFICACAO	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENACAO MEDICA DO SPU	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA CONT FINANCEIRO	FG-05   IPES	SECRETARIO IV	FCO-06
SECRETARIA DA COORDENADORIA DA AREA MEDICA	FG-05   IPES		

*Wval*

LEI N. 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
NEXO 5.1 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA GERAIS

| FOLHA 15/16

| DATA

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
DENOMINAÇÃO	SIMB.   ORIGEM	DENOMINAÇÃO	SIMB.
SECRETARIA DA COORDENADORIA DA ÁREA ODONTOLOGICA	FG-05   IPES	SECRETARIO IV	FC0-06
SECRETARIA DA COORDENADORIA DA UNID. DE S. DA CAPITAL	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DA UNID. DE S. DO INTERIOR	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DA UNIDADE DE FARMACIA	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE APLICAÇÃO IMOBILIARIA	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE ARREC E EMPRESTIMOS	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE BENEFICIOS	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE C. MEDICO-HOSPITALAR	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE ENFERMAGEM	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE ENG E ARQUITETURA	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE INFORMATICA	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE INT. E SUP. HOSPITALAR	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE MAT E PATRIMONIO	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE REC HUMANOS	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DE SERV GERAIS	FG-05   IPES		
SECRETARIA DA COORDENADORIA DO SERVICO SOCIAL	FG-05   IPES		
SECRETARIA I	FC-04   SAGRI		
SECRETARIA II	FC-03   SAGRI		
SECRETARIA III	FC-04   SES		
SECRETARIO	FC-02   SECMA		
SECRETARIO III	FC-04   SEHABS		
SECRETARIO DO SERVICO MEDICO	FG-02   DETRAN		
SECRETARIO I	FC-04   SEJUS		
SECRETARIO I	FC-06   SEG		
SECRETARIO II	FC-05   SEEF		
SECRETARIO II	FC-05   PGE		
SECRETARIO II	FC-05   SEHABS		
SECRETARIO II	FC-05   SEDEM		
SECRETARIO II	FC-05   SEG		
SECRETARIO II	FC-05   G. C.		
SECRETARIO III	FC-04   G. V. G.		
SECRETARIO III	FC-04   SEG		
SECRETARIO III	FC-04   SSP		
SECRETARIO IV	FC-02   SSP		
PALLA	FG-03   FUNDESC	SPALLA	FC0-10
COORDENADOR	FG-01   SUDAP		
COORDENADOR	FC-03   ADEMA		
COORDENADOR DE CENTROS INTEGRADOS DE ASSIST. AO MENOR	FC-09   FEBEM		
SECRETARIO GERAL	FC-11   DER		
SUBCOORDENADOR	FG-02   SUDAP		

*anexo de servos*

FC0-10

*aval*

LEI Nº 9.804  
DE 29 DE JUNHO DE 1990

ANEXO V

GOVERNO DE SERGIPE SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS ANEXO 5.2 - CONSOLIDAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO					POLHA 16/16
					DATA
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	FORMAÇÃO DO OCUPANTE DA FUNÇÃO	SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO DA FUNÇÃO	FORMAÇÃO DO OCUPANTE DA FUNÇÃO	SÍMBOLO
Diretor	Licenciatura Plena em Administração Escolar	FGM-1	Diretor de Estabelecimento Escolar I	Licenciatura Plena em Administração Escolar	FCM-05
Vice-Diretor	Licenciatura Plena em Administração Escolar	FGM-2	Vice-Diretor de Estabelecimento Escolar	Licenciatura Plena em Administração Escolar	FCM-04
Diretor	Licenciatura Curta em Administração Escolar	FGM-3	Diretor de Estabelecimento Escolar II	Licenciatura Plena em Administração Escolar	FCM-03
Vice-Diretor	Licenciatura Curta em Administração Escolar	FGM-4	Vice-Diretor de Estabelecimento Escolar II	Licenciatura Curta em Administração Escolar	FCM-02
Secretário	Licenciatura Curta com Habilidade em Secretariado	FGM-5	Secretário de Estabelecimento Escolar	Licenciatura Curta com Habilidade em Secretariado	FCM-01

*aval*



**L E I N.º 9.804**  
**DE 92 DE JUNHO DE 1990**

ANEXO VI

GOVERNO DE SERGIPE	FOLHA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	01/03
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS	DATA

S I S T E M A                    D E                    C O D I F I C A Ç Ã O

**1. CODIFICAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

**1.1 - Grupo Ocupacional**

Um algarismo representando cada Grupo.

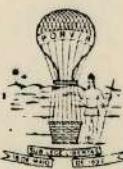
- 1 - Advocacia de Estado
- 2 - Apoio Administrativo
- 3 - Apoio Técnico-Operacional
- 4 - Artes
- 5 - Educação e Magistério
- 6 - Fisco
- 7 - Saúde Pública
- 8 - Segurança Pública

**1.2 - Categoria**

Uma letra, indicando o nível, seguida de um algarismo, representando a Categoria.

- |                   |  |
|-------------------|--|
| B-1 - Categoria 1 |  |
| B-2 - Categoria 2 |  |
| B-3 - Categoria 3 |  |
| B-4 - Categoria 4 |  |
- Nível Básico

*Avaiel*



LEI N.º 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO VI - Cont. fls. 02/03

M-1 - Categoria 1	Nível Médio
M-2 - Categoria 2	

S-1 - Categoria 1	Nível Superior
S-2 - Categoria 2	

**1.3 - Ordem Sequencial do Cargo**

Dois algarismos, indicando o cargo na ordem sequencial dentro de uma mesma Categoria.

01 - A (denominação do cargo)  
02 - B (denominação do cargo)  
.....  
99 - n (denominação do cargo)

**2. CODIFICAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO**

**2.1 - Grupo**

Uma Letra representando o Grupo  
C - Cargo em Comissão

**2.2 - Categoria**

Duas letras, indicando a Categoria  
CS - Cargo em Comissão Simples  
CE - Cargo em Comissão Especial

**2.3 - Ordem Sequencial do Cargo em Comissão**

*anual*



L E I N.º 2.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990

ANEXO VI - Cont. fls. 03/03

Dois algarismos, indicando o cargo na ordem sequencial dentro de uma mesma Categoria

- 01 - A (denominação do cargo)
- 02 - B (denominação do cargo)
- .....
- 99 - n (denominação do cargo)

### 3. CODIFICAÇÃO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

#### 3.1 - GRUPO

Uma letra representando o Grupo

F - Função de Confiança

#### 3.2 - Categoria

Duas letras, indicando a Categoria

CO - Função de Confiança Geral

CM - Função de Confiança do Magistério

#### 3.3 - Ordem Sequencial da Função

Dois algarismos, indicando a função na ordem sequencial dentro de uma mesma Categoria

- 01 - A (denominação da função de confiança)
- 02 - B (denominação da função de confiança)
- .....
- 99 - n (denominação da função de confiança)

*ccw/ah*

LEI N. 2804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO VII

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
CODIFICAÇÃO DO CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| FOLHA 01/10  
|  
| DATA  
|

1. GRUPO OCUPACIONAL - Advocacia de Estado

1.1 - Categoria S-2 - ~~III e IV~~

- 1.S-2.01 - Defensor Público
- 1.S-2.02 - Procurador do Estado

2. GRUPO OCUPACIONAL - Apoio Administrativo - ~~II~~

2.1 - Categoria B-1 - ~~I e II~~

2.B-1.01 - Executor de Serviços Básicos - ~~I e II~~

2.2 - Categoria B-2 - ~~III e IV~~

- 2.B-2.01 - Balconista
- 2.B-2.02 - Barbeiro
- 2.B-2.03 - Costureiro
- 2.B-2.04 - Cozinheiro
- 2.B-2.05 - Executor de Serviços Administrativos
- 2.B-2.06 - Executor de Serviços Operativos
- 2.B-2.07 - Garçom
- 2.B-2.08 - Governanta
- 2.B-2.09 - Vigilante
- 2.B-2.91 - Alfaiate

2.3 - Categoria B-3 - ~~V e VI~~

- 2.B-3.01 - Agente Administrativo
- 2.B-3.02 - Auxiliar de Microfilmagem
- 2.B-3.03 - Bombeiro Hidráulico
- 2.B-3.04 - Executor de Serviços de Manutenção
- 2.B-3.05 - Mordomo
- 2.B-3.06 - Operador de Artes Gráficas
- 2.B-3.07 - Operador de Telex
- 2.B-3.08 - Radioperador
- 2.B-3.09 - Telefonista
- 2.B-3.91 - Administrador de Edifício
- 2.B-3.92 - Chefe de Oficina
- 2.B-3.93 - Linotipista

*Adal*

LEI N.º 9.804  
DE 92 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO VII

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS  
CODIFICAÇÃO DO CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| FOLHA 02/10  
| DATA

2.4 - Categoria B-4 - VII a VIII

- 2.B-4.01 - Assistente Administrativo
- 2.B-4.02 - Digitador
- 2.B-4.03 - Motorista
- 2.B-4.04 - Oficial de Manutenção

2.5 - Categoria M-1 IY & X

- 2.M-1.01 - Oficial Administrativo
- 2.M-1.02 - Operador de Microcomputador
- 2.M-1.03 - Técnico em Arquivo
- 2.M-1.04 - Técnico de Microfilmagem

2.6 - Categoria M-2 X & XI

- 2.M-2.01 - Programador
- 2.M-2.02 - Técnico em Administração
- 2.M-2.03 - Técnico em Contabilidade
- 2.M-2.04 - Técnico em Secretariado

2.7 - Categoria S-2 - XIII a XV

- 2.S-2.01 - Bibliotecário
- 2.S-2.02 - Jornalista
- 2.S-2.03 - Procurador Autárquico
- 2.S-2.04 - Procurador Fundacional
- 2.S-2.05 - Publicitário
- 2.S-2.06 - Relações Públicas

LEI N.º 9.804  
DE 22 DE JUNHO DE 1990  
ANEXO VII

G O V E R N O   D E   S E R G I P E	FOLHA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	----- 03/10
PLANO DE CARGOS, FUNÇÕES E VENCIMENTOS OU SALÁRIOS	DATA
CODIFICAÇÃO DO CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO	

### 3. GRUPO OCUPACIONAL - Apoio Técnico Operacional

#### 3.1 - Categoria B-3 - V à VI

- 3.B-3.01 - Ajudante de Laboratório
- 3.B-3.02 - Auxiliar do Registro do Comércio I
- 3.B-3.03 - Auxiliar do Registro do Comércio II
- 3.B-3.04 - Auxiliar de Topógrafo
- 3.B-3.05 - Feitor
- 3.B-3.06 - Fiscal de Tráfego
- 3.B-3.07 - Operador de Máquinas
- 3.B-3.08 - Pintor Letrista

#### 3.2 - Categoria B-4 - VII à VIII

- 3.B-4.01 - Assistente do Registro do Comércio I
- 3.B-4.02 - Auxiliar de Laboratório
- 3.B-4.03 - Auxiliar do Registro do Comércio III
- 3.B-4.04 - Caixa
- 3.B-4.05 - Editor de VT
- 3.B-4.06 - Encarregado de Tráfego
- 3.B-4.07 - Iluminador
- 3.B-4.08 - Maquilador
- 3.B-4.09 - Mestre de Obras
- 3.B-4.10 - Operador de Som e Imagem

